

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO  
CURSO DE JORNALISMO

JÚLIA MILITÃO SIQUEIRA

**A imprensa feminina do século XIX e a representação da mulher no  
periódico *O Sexo Feminino* (1873-1889)**

Monografia

Mariana  
2019

JÚLIA MILITÃO SIQUEIRA

**A imprensa feminina do século XIX e a representação da mulher no  
periódico *O Sexo Feminino* (1873-1889)**

Monografia apresentada ao curso Jornalismo da  
Universidade Federal de Ouro Preto como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Michele da Silva  
Tavares

Mariana  
2019

S618i Siqueira, Júlia Militão.  
A imprensa feminina do século XIX e a representação da mulher no periódico  
O Sexo Feminino (1873-1889) [manuscrito] / Júlia Militão Siqueira. - 2019.  
78f. il.: tabs.  
Orientadora: Prof. Dr. Michele da Silva Tavares.  
Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de  
Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e  
Serviço Social.  
1. Mulheres na imprensa - Teses. 2. Imprensa - Aspectos históricos - Teses.  
3. Mulheres - Aspectos históricos - Teses. 4. Oratória - Teses. I. Tavares, Michele  
da Silva. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 364.65-055.2(09)

Catálogo: [ficha.sisbin@ufop.edu.br](mailto:ficha.sisbin@ufop.edu.br)

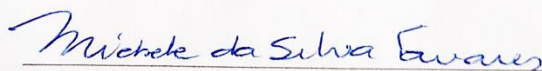
Júlia Militão Siqueira

Curso de Jornalismo – UFOP

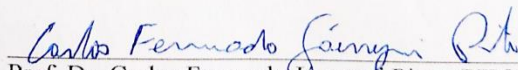
A IMPRENSA FEMININA DO SÉCULO XIX E A REPRESENTAÇÃO DA  
MULHER NO PERIÓDICO O SEXO FEMININO (1873-1889)

Trabalho apresentado ao Curso de Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob orientação da Profa. Dra. Michele da Silva Tavares

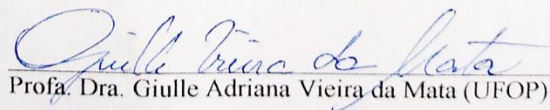
Banca Examinadora:



Profa. Dra. Michele da Silva Tavares (Orientadora)



Prof. Dr. Carlos Fernando Jauregui Pinto (UFOP)



Profa. Dra. Giulie Adriana Vieira da Mata (UFOP)

Mariana, 17 de julho de 2019.

Às mulheres brasileiras que há séculos foram silenciadas pela história. A todas aquelas que lutaram contra as barreiras sociais, que subverteram as regras, que ocuparam lugares, tomaram a voz, a fala, a escrita. A todas as mulheres que nos proporcionaram o direito de, hoje, escrevermos e estudarmos sobre elas. Que sejam vistas, lidas e reconhecidas.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus pela oportunidade de vida e por ter me permitido trilhar todos os caminhos que me trouxeram até aqui. Pelo cuidado e proteção, me capacitando para cumprir mais uma etapa.

À minha família, em especial aos meus pais, por terem me instruído com tanto carinho e dedicação e aos meus irmãos pelo apoio e incentivo. Por serem a minha base, pois sem vocês toda a caminhada teria sido mais difícil.

Aos meus amigos de Volta Redonda por compreenderem as minhas ausências e por termos firmado laços tão profundos. À república Luluzinhas por ter sido abrigo, família, amizade e união em todos os momentos da minha graduação, por terem dividido o teto, as comidas e os litros. Aos meus amigos da turma de Jornalismo 2015.2 e especialmente ao Brener, Carlos, Juliana e VH, por terem sido tão importantes nessa trajetória e pelos afetos partilhados, vocês me ensinaram muito sobre amizade. À Letícia por também ter sido abrigo, por todo carinho, amizade e companheirismo. E às demais pessoas que cruzaram o meu caminho. Vocês me inspiraram e inspiram todos os dias.

À minha orientadora, Michele Tavares, pelos saberes compartilhados com leveza e por ouvir todas as minhas incertezas. Obrigada por aceitar me acompanhar nessa jornada e por ter me ensinado tanto, com paciência e dedicação.

A todos os demais professores do curso de Jornalismo, técnicos e funcionários da Universidade Federal de Ouro Preto que contribuíram no trilhar da minha formação.

Por fim, ao ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva e ao ex-Ministro da Educação Fernando Haddad pelo incentivo ao ensino público, gratuito e de qualidade que, com o programa Reuni, possibilitaram a construção do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Ufop.

“Triste, louca ou má  
Será qualificada  
Ela quem recusar  
Seguir receita tal

A receita cultural  
Do marido, da família  
Cuida, cuida da rotina

Só mesmo, rejeita  
Bem conhecida receita  
Quem não sem dores  
Aceita que tudo deve mudar

Que um homem não te define  
Sua casa não te define  
Sua carne não te define  
Você é seu próprio lar”

*Triste, louca ou má – Francisco, el hombre*

## RESUMO

Esta pesquisa apresenta como tema central a representação da mulher no periódico *O Sexo Feminino* (1873-1889) e tem como objetivo geral a análise de discurso presente no jornal, a partir das principais temáticas abordadas: educação, casamento, religião e patriotismo. Inicialmente, são abordadas as características do contexto histórico, social, econômico, político e cultural do século XIX e, dentro dessas questões, destaca-se o papel que a mulher exercia na sociedade. Além disso, o trabalho promove uma discussão sobre a imprensa feminina de época e a sua relação com as representações sociais e a memória coletiva, relacionados ao entendimento dos discursos sobre os direitos e deveres da mulher oitocentista. Quanto à metodologia, aplicou-se a análise de conteúdo para o mapeamento das temáticas escolhidas para o trabalho; em seguida, foi empregada a análise do discurso do jornal. Como resultado, tem-se o reconhecimento da importância do discurso do jornal *O Sexo Feminino* como forma de repercussão das inquietações das mulheres e da atuação da autora na luta política pelos direitos de acesso à educação e ao mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Imprensa Oitocentista; Imprensa Feminina; O Sexo Feminino; Mulher; Discurso.

## ABSTRACT

This research presents has a central theme the Women's representation in the newspaper *O Sexo Feminino* (1873-1889) and has as a general objective the analysis of newspaper present speech, from the main approached themes: education, marriage, religion and patriotism. Initially, characteristic of historical, social, economics, politics and cultural context of XIX century are discussed and, under these questions, the role that women exercised in society can be highlighted. Besides that, this research promotes discussions about past female press and its relation with social representations and collective memory, related to understandment of speeches about eighteenth century women's rights and duties. Regards to methodology, its applied the content analysis for the mapping of the themes chosen for the research; then, was submitted to the analysis of the speech of the newspaper. As a result, it has the acknowledgment of newspaper *O Sexo Feminino* speech importance as a form of repercussion of women's concerns and of the author's role in the political struggle for the rights of access to education and the labor market.

**Key words:** Eighteenth Century Press; Female Press; O Sexo Feminino; Woman; Speech.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo 1. A MULHER OITOCENTISTA.....</b>	<b>13</b>
1.1. Contexto sócio histórico do século XIX .....	13
1.2. O modelo familiar patriarcal e a vida da mulher na sociedade oitocentista .....	16
<b>Capítulo 2. A IMPRENSA FEMININA DOSÉCULO XIX.....</b>	<b>26</b>
2.1. <i>O Sexo Feminino</i> e os primórdios da imprensa feminina no Brasil.....	26
2.2. A imprensa de época e as representações discursivas .....	34
<b>Capítulo 3. O SEXO FEMININO E O PROGRESSISMO OITOCENTISTA .....</b>	<b>43</b>
3.1 Procedimentos metodológicos: análise de conteúdo e análise de discurso .....	43
3.2 A representação da mulher em <i>O Sexo Feminino</i> .....	48
3.2.1. Educação .....	49
3.2.2. Religião .....	59
3.2.3. Casamento .....	63
3.2.4. Patriotismo .....	69
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>76</b>

## INTRODUÇÃO

Não há como desvincular a produção de um trabalho de conclusão de curso da pessoa que o escreve. Primeiramente, a escolha da pesquisa reflete os nossos gostos, aquilo pelo qual desejamos nos debruçar, aprofundar a nossa reflexão e apontar questionamentos e possíveis conclusões. Porque sou mulher e porque tenho em mim o desejo de pesquisar sobre outras mulheres, de resgatar um pouco dos escritos de grandes autoras que foram esquecidas, escrevo aqui sobre algumas produções de Francisca Senhorinha da Motta Diniz.

Porque acredito que a imprensa é uma importante fonte histórica para o resgate desses nomes que lutaram com suas penas, para que nós, mulheres de tantas outras gerações, exercêssemos os nossos direitos, escolhi produzir uma análise do periódico *O Sexo Feminino* e refletir sobre as principais questões vivenciadas pela mulher na sociedade oitocentista.

Quando comecei a refletir sobre as minhas inquietações a respeito dessas mulheres, me dei conta do quanto elas foram ignoradas e quantas delas ainda estão esquecidas. Mulheres que habitaram diversas regiões do Brasil; pertenceram a mais de uma classe social; brancas, índias, pardas ou negras; todas aquelas que usaram suas forças para reagir às opressões externas e lutar pelo direito de igualdade de gênero.

A imprensa feminina, existente desde meados do século XIX, tem ficado de fora dos estudos que utilizam a imprensa como suporte. Por isso, pretende-se discutir, aqui, sobre o primeiro jornal de viés feminista, em que a redatora utilizou as suas inquietações, as tramas das mulheres oitocentistas, para gerar incômodo e reivindicar, principalmente, a “instrução do sexo feminino”. Neste sentido, o presente trabalho engloba três eixos reflexivos centrais que envolvem os estudos sobre o periódico *O Sexo Feminino*, produzido e publicado entre os anos de 1873 e 1889 por Francisca Diniz, que é caracterizado por ser um marco da imprensa feminina de época ao compor uma abordagem de traços progressistas e pode ser considerado o despertar de reivindicações feministas na sociedade brasileira. O primeiro eixo se baseia no próprio contexto sócio histórico e as transformações econômicas, políticas e culturais que se sucederam no Brasil e, dentro dessas mudanças, uma reflexão sobre o papel que a mulher exercia, destacando seus direitos (e deveres) como cidadã.

O primeiro capítulo, então, engloba o contexto do século XIX, a sua relação com a constituição familiar e o papel da mulher inserida nesse ambiente, além das questões em que ela estava envolvida, os seus deveres e direitos e as principais reivindicações apontadas pelas próprias mulheres da época. A partir da análise do discurso do jornal, refletimos sobre as seguintes questões: como viviam as mulheres no século XIX? Quais eram os seus direitos?

Quais delas tinham acesso à educação? E quais delas trabalhavam? As que trabalhavam, exerciam, geralmente, quais atividades? Qual era a relação da mulher oitocentista com a Igreja Católica? Existe uma relação entre a mulher do século XIX e a mulher atual?

Em segundo lugar, é importante pensar na imprensa oitocentista como ponto de partida para refletir as questões de gênero. Por isso, destacamos o papel da imprensa e, especialmente, a imprensa feminina de época que surge como forma de protesto em relação à vida e às condições das mulheres e que vão de encontro com a imprensa feminina tradicional e a abordagem de temáticas que envolviam a feminilidade frágil, dócil e a submissão ao marido. Também pontuamos os conceitos de representação, memória e discurso que serão essenciais para o capítulo seguinte. Por isso, no segundo capítulo, é discutido o eixo que diz respeito à imprensa feminina do século XIX de forma mais ampla: como ela se iniciou; quais eram os principais veículos; seus principais objetivos; para qual tipo de mulher a imprensa comunicava; quem eram as pessoas que escreviam e liam esses jornais. E, também, as diferenças que surgiram entre a própria imprensa feminina, em relação ao conteúdo, à linguagem, à abordagem e às reflexões propostas. De modo geral, o trabalho visa apresentar um panorama sobre o periódico *O Sexo Feminino* e a contribuição da imprensa feminina para a formação de uma memória coletiva acerca das condições de vida das mulheres. Também observamos como o discurso de Francisca Senhorinha da Motta Diniz foi influenciado por esse contexto.

E, finalmente, no terceiro capítulo abordamos os encaminhamentos relacionados à metodologia e à análise dos exemplares do jornal. O trabalho apresenta uma análise do conteúdo e do discurso presentes no periódico *O Sexo Feminino* sobre as principais temáticas identificadas: a *Educação*, principal reivindicação de Francisca (a autora afirmava que somente por meio da instrução da mulher a sociedade se regeneraria); o *Casamento*, como uma forma de desabafo a respeito do aprisionamento das mulheres em seus lares (apesar de ser um princípio cristão, não passava de interesse financeiro); a *Religião*, que perpassava todo o discurso do jornal devido à influência do catolicismo; e o *Patriotismo* (a autora apelava ao sentimento de pertencimento a nação e, por meio da educação, as mulheres ergueriam a sociedade).

A partir do contato com essas discussões, é possível perceber que o jornal tem um posicionamento progressista com alguns aspectos conservadores. O progressismo levantado pela análise do trabalho não diz respeito a um posicionamento político do jornal, em relação ao que entendemos hoje como direita e esquerda no Brasil. Diz respeito, no entanto, a um preceito segundo o qual algumas medidas sociais e econômicas deveriam ser adotadas visando a ruptura com os valores tradicionais em nome das ideias propagadas pelo Iluminismo: liberdade,

igualdade e fraternidade. Por isso, pode-se dizer que Francisca Diniz foi uma mulher além de seu tempo e contribuiu, por meio da mídia impressa, para inserção das primeiras manifestações feministas no Brasil ao apontar insatisfações a respeito das condições da mulher e reivindicar pelos direitos das mulheres oitocentistas.

Apesar de voltarmos o nosso olhar para a mulher oitocentista, esses conhecimentos sobre o papel da mulher e sobre as reivindicações do periódico *O Sexo Feminino* nos revela uma ligação com a atualidade dessa pesquisa. Ainda hoje, no século XXI, nós mulheres vivenciamos o retrocesso na pauta de igualdade de gênero e de diferenciação a respeito dos papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade. Apesar dos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2015 e 2016 demonstrarem uma frequência de mulheres dez pontos percentuais acima dos homens no ensino médio e, também, maior proporção no ensino superior, as mulheres ainda possuem uma jornada de trabalho de oito horas a mais que os homens, por realizarem as atividades domésticas e, também, recebem salários menores.

Além disso, por mais que hoje as mulheres sejam maioria no Brasil, representando 50,6% da população (ainda de acordo com os dados do IBGE/2015), elas ocupam apenas 37,8% dos cargos gerenciais nas empresas e possuem baixa representatividade política, com menos do percentual estipulado para ocuparem a Câmara.

Vale lembrar que a desigualdade de gênero é imposta desde a infância, inserida em um comportamento diário aceito como natural. A reportagem “*O que é ser menina no Brasil?*” de Eliziane Lara, publicada em 2015, afirma que das 1.771 meninas das cinco regiões do Brasil, entre 6 e 14 anos, 81,4% delas relataram que arrumam a própria cama, enquanto apenas 11,6% dos irmãos meninos realizam a tarefa. 76,8% das meninas lavam a louça e 65,6% limpam a casa, enquanto apenas 12,5% dos irmãos lavam a louça e 11,4% limpam a casa.

Os estudos revelam uma diferenciação gritante na distribuição das tarefas domésticas entre meninos e meninas. Ainda hoje tem-se naturalizado de que, desde cedo, cabe às meninas a realização do papel de cuidadora.

Diante desses dados, podemos identificar que apesar dos diversos avanços garantidos pela luta de mulheres como Francisca Diniz, ainda existe um longo processo a ser percorrido para que alcancemos a igualdade de gênero. Por isso a vida e a luta das mulheres que viveram em gerações passadas devem estar em evidência, devem ser lidas, estudadas e analisadas, a fim de que enxerguemos, hoje, a nossa situação e sigamos na luta por elas, por nós e pelas futuras gerações.

## **CAPÍTULO 1. A MULHER OITOCENTISTA**

Visto que um dos eixos centrais do trabalho é a imprensa feminina no século XIX, é importante, antes de tudo, fazermos uma reflexão inicial sobre o contexto desse período histórico. Quais foram os principais acontecimentos políticos? Como estava a economia da época? Como a sociedade se organizava? Qual era o papel de cada um dentro dessa sociedade e, principalmente, qual era o papel da mulher?

O primeiro capítulo dedica-se a abordar, então, as principais questões que envolveram a sociedade do século XIX, com foco principal nas tramas que envolviam o papel dos sujeitos e as pressões a que a família estava submetida - com destaque à mulher e à representação social.

### **1.1. Contexto sócio histórico do século XIX**

O século XIX foi, especialmente, um período de grandes transformações nas estruturas econômica, política, cultural e social do país. De acordo com Elisa Maria Verona (2013, p. 16), “a transladação da corte é um dos marcos mais relevantes de todo o processo de mudanças sociais e culturais que o século XIX viria a conhecer”.

A vinda da Família Real, junto com aproximadamente dez mil membros da Corte, em 1808, gerou um alargamento populacional e a ocupação de novos territórios, acompanhado de uma política de “higienização” e europeização da cidade do Rio de Janeiro que se estendeu para as regiões mais próximas. A presença da Corte no Brasil proporcionou o investimento na indústria, na educação, na saúde e na cultura, com construção de universidades, museus, hospitais etc. As cidades começaram a se desenvolver e a modernizar suas formas de produção. Além disso, foi um período que proporcionou grande agitação na vida pública dos brasileiros, modificando os costumes de homens e, principalmente, mulheres, que passaram a desfrutar um pouco do espaço social ao participar de chás, teatros, encontros de famílias, bailes, entre outras atividades.

É em 1808 que começa realmente a história do Brasil e do Rio de Janeiro; e se desde então não houve grandes acontecimentos, vitórias ou derrocadas sangrentas, susceptíveis de atrair para o país a atenção dos observadores superficiais, as modificações que ocorreram no estado intelectual e material da antiga colônia, e principalmente da capital, são da mais relevante importância. (FRANÇA citado por VERONA, 1999, p. 16)

Enquanto o país passa pelo processo de industrialização, há o surgimento de ferrovias e da navegação a vapor, que possibilitaram, também, uma expansão comunicacional e as trocas

comerciais entre os próprios estados. Importante evidenciar, neste momento, o papel da imprensa. Foi somente nesta época que os veículos de comunicação começaram ser produzidos, em favor da Corte. Verona (2013, p. 19) afirma que “o papel da imprensa pode ser considerado bastante significativo por constituir-se um poderoso e eficiente meio de influenciar os costumes e a moral pública” e, por isso, ela também representou um meio fundamental de propagação das ideias de modernização, civilização e progresso.

O período entre a chegada da família real portuguesa, em 1808, que marca o início da imprensa no Brasil, e a declaração da independência, em 1822, foi uma época de transição política, econômica e cultural. A transferência da Corte para o Rio de Janeiro desencadeou mudanças radicais, que não tinham sido planejadas, mas que em poucos anos propiciaram avanços mais profundos no Brasil que os três séculos anteriores. (MOLINA, 2015, p. 103)

O fim do Pacto Colonial e a abertura dos portos para as nações amigas possibilitou que o Brasil investisse na exportação de seus produtos. Alguns anos depois, houve a queda da exploração aurífera em consequência do crescimento da produção cafeeira - alterando novamente o eixo econômico do país. A economia escravocrata brasileira caracterizou-se por ser uma economia basicamente exportadora de produtos primários, agrícolas e minerais.

Outra mudança importante foi a conquista da independência de Portugal, no dia 07 de setembro de 1822, sob a fundação de um regime monárquico - acontecimento inédito na América. E, 67 anos depois, a proclamação da República Federativa, no dia 15 de novembro de 1889. A independência política brasileira, no entanto, não foi acompanhada da independência econômica. De acordo com Heleieth Saffioti (2013):

A economia brasileira foi sempre determinada de fora, atendendo aos interesses de uma burguesia que, historicamente, foi primeiro portuguesa e holandesa, depois portuguesa e inglesa, em seguida apenas inglesa e, finalmente, norte-americana, francesa, inglesa, alemã, canadense, etc., e sempre (a partir do momento em que há gerações brasileiras adultas) simultaneamente brasileira, mas que, em essência, constitui apenas uma burguesia internacional para cujas atividades econômicas inexistem fronteiras político-administrativas. (SAFFIOTI, 2013, p. 205).

Além disso, durante esse mesmo período oitocentista, o país, marcado cultural e economicamente pela exploração do negro, ainda que tardiamente - último país da América - oficializa a proibição do tráfico negreiro no ano de 1850. Ao longo das décadas que se seguem, então, a força de trabalho escrava se atualizava por meio de “concessões” historicamente marcadas pela pressão inglesa no monopólio das trocas comerciais com o Brasil.

Durante tal período o Brasil também conheceu um aumento considerável das atividades produtivas, aumento decorrente, em grande medida, do fim do tráfico negreiro, quando muitos dos capitais voltados para essa atividade passaram a ser aplicados em outros setores, sobretudo na infraestrutura e nos transportes ferroviários. (VERONA, 2013, p. 26)

Saffioti (2013, p. 207) aponta que para fins de acumulação de capital a força de trabalho escrava não era a melhor solução e não permite o estabelecimento de um capitalismo desenvolvido, visto que “o pleno desenvolvimento do modo capitalista de produção supõe o assalariamento da força de trabalho, porquanto a forma capital-dinheiro assumida pelo capital variável no pagamento de salários desempenha importante papel no processo de circulação de mercadorias”.

Mas Portugal não dispunha de uma população suficiente para colonizar o Brasil por meio da força de trabalho livre. Além disso, em um local com terra abundante e gratuita onde todos poderiam se apropriar de alguma parte, seria difícil encontrar aquele que estivesse disposto a trabalhar, ainda que de forma assalariada. Assim, “o escravo ia surgindo como um empecilho das forças produtivas nacionais e, sobretudo, como um obstáculo à nova rearticulação dos subsistemas capitalistas imposta pelo avanço do industrialismo inglês” (SAFFIOTI, 2013, p. 209).

Então, em 1888, em meio às diversas pressões internas e externas, com o movimento abolicionista, é assinada a Lei Áurea. Para Saffioti (2013), isso significava uma medida de caráter mais econômico do que político.

Quaisquer que tenham sido os graus de consciência alcançados pelos diferentes grupos sociais em relação à necessidade de se abolir a escravidão do negro, é possível distinguir, no conjunto do movimento abolicionista e, portanto, na abolição, como efetivação concreta deste movimento, motivos que, consciente ou inconscientemente, levaram os agentes sociais de condição livre a promover a constituição histórica de mais uma determinação do sistema capitalista de produção. Neste sentido, “lutando pela abolição do trabalho escravizado, os brancos lutavam em benefício de seus próprios interesses”, não se importando, pois, em “transformar, como se afirmava, o escravo em cidadão, mas (em) transfigurar o trabalho escravo em trabalho livre. (SAFFIOTI, 2013, p. 217)

O período regencial é, portanto, definido por uma situação política conturbada, marcada por inúmeras rebeliões regenciais nas províncias, que promoveram a instabilidade da União. Quase todas elas ocorreram devido à insatisfação popular com a centralização do poder, às dificuldades econômicas e ao aumento dos impostos. É a partir de 1840, período do Segundo Reinado, que o país passa por um processo econômico e político mais estável, com iniciativas que visavam melhorias materiais [“algumas datas dão um panorama dessa melhoria: 1853, calçamento das ruas com paralelepípedo; 1854, iluminação a gás; 1859, bondes puxados a

burro; 1862, rede de esgoto; 1874, abastecimento domiciliar de água” (VERONA, 2013, p. 26)] e na organização da sociedade.

A capital foi palco de transformações que impregnariam o cotidiano das pessoas, as quais, usufruindo diretamente ou não das novas possibilidades oferecidas pela urbanização, passaram a interagir com os modelos de conduta das classes mais abastadas e, não raras vezes, passaram a ter estas por referência. (VERONA, 2013, p.16)

Todos esses acontecimentos que atravessaram o século XIX são fundamentais para entender as mudanças sobre a qual a sociedade esteve submetida neste período e, conseqüentemente, a instituição familiar e a mulher. Faz-se necessário entender as mudanças econômicas e políticas que se deram no Brasil para compreender, também, as principais tramas que envolviam o lar e as transformações que ocorreram na vida da mulher oitocentista.

## **1.2 O modelo familiar patriarcal e a vida da mulher na sociedade oitocentista**

Diante dessas mudanças, a família oitocentista vivenciou alguns pontos de conflito e contradições que perpassavam, também, outros setores da sociedade. Por um lado, de acordo com Da Matta (1987), a família é crucial para a manutenção de uma vida social e considerada uma instituição fundamental na formação da sociedade brasileira - da qual dependem todas as demais. “Quem não tem família já desperta pena antes de começar o trecho dramático; e quem renega sua família tem, de saída, a nossa mais franca antipatia” (DA MATTA, 1987, p.125). Por outro, o desenvolvimento urbano e as modificações sociais pelas quais o país passava, as influências estrangeiras a partir de um ideal igualitário e de conhecimentos de suas identidades e individualidades exerciam forte pressão sobre essa instituição.

No decorrer do século, aumenta a revolta contra a família - contra o pai, mas também contra a mãe ou os irmãos invejados -, obrigando-a a evoluir para sobreviver. Os indivíduos já não suportam tão bem sua pressão. A família burguesa em particular é alvo das críticas de artistas e intelectuais - dândis solteiros sublevados contra as leis do casamento, boêmia que zomba dos costumes hipócritas -, dos ataques dos adolescentes rompendo o casulo, da impaciência das mulheres ansiosas em ter vida própria. (PERROT, 2009, p. 263).

Michele Perrot (2009), apresenta alguns dos pontos de conflito que a família enfrentou no século XIX. O primeiro deles é o dinheiro, pois era por meio dele que se iniciava uma família. Os casamentos “arranjados” aconteciam através do pagamento de um dote para o pretendente da noiva. Muitos desses casamentos eram firmados por interesse, porque depois de



casados, os homens ficavam responsáveis por gerir o dinheiro e, em muitos casos, suas esposas sequer tinham conhecimento da administração das contas.

Mas a questão do dinheiro também envenena bastante o cotidiano. Opõe marido e mulher na administração do orçamento. Intendente (meios burgueses) ou “ministra das Finanças” (meios populares), a esposa ocupa sempre uma posição de dependência que a leva à artimanha (trapaça nas contas) ou à fúria. (PERROT, 2009, p. 265).

Em *O Sexo Feminino*, Francisca Diniz aborda o matrimônio como um dever religioso. No entanto, em algumas das edições analisadas, a autora apresenta o conflito em relação ao dinheiro e afirma que muitos maridos utilizam o dinheiro do dote de forma irresponsável, são enganados e passados para trás e, no fim, culpam suas esposas. A autora traz um exemplo de como era feita a negociação entre o pai e o pretendente da mulher. Todas as “qualidades” importantes para o que deveria ser uma boa esposa ou dona de casa (características únicas e essenciais que uma mulher deveria ter) eram relevantes para agregar valor ao dote.

NOTE DE MINHA FILHA – “Educação esmerada, consciência recta, e suficiente esperteza, tudo isso valerá 80.000 reales. Minha filha não é coquette, qualidade, que deve estimar-se outros 80.000. É virtuosa, amiga da ordem e da economia, capaz de dedicar-se inteiramente aos seus deveres e a direcção da sua casa, 120.000 reales. Não gosta de assistir a bailes nem a espetáculos, qualidade que pode bem a valer-se em 40.000 reales. É ativa, laboriosa, e pode dispensar as modistas e as costureiras, o que bem vale outros 40.000. E por ultimo lhe deu 40.000 em dinheiro, que valem mais do que valeria uma grande fortuna em uma mulher de defeitos oppostos as qualidades que felizmente adornão minha filha. Total 400.000 reales.” (O SEXO FEMININO, 27 de setembro de 1873, ed. 04, p. 03)

Outro embate dentro das famílias era a honra. Tudo o que mancha a reputação da família é considerado uma ameaça. A honra, de acordo com Perrot (2009) é, geralmente, moral e biológica. A sociedade exercia forte pressão sobre o pudor e a castidade das meninas. A perda da virgindade antes do casamento, o adultério e os filhos ilegítimos são uma desgraça maior para a honra da família do que a falência, por exemplo, e para a sociedade todas essas desonras acontecem por causa das mulheres. “O bastardo é um escândalo; atinge a honra das moças que perderam a virgindade, das mulheres de flagrante infidelidade, das famílias ameaçadas em sua ordem”. (PERROT, 2009, p. 267)

Além disso, outras questões conflituosas eram o nascimento de filhos deficientes e a doença mental - também eram casos que faziam recair a culpa sobre as mulheres, considerando que elas eram responsáveis por gerir, elas eram também culpabilizadas por qualquer “defeito” que o filho viesse a ter. Importante salientar que em muitas famílias oitocentistas eram as próprias mulheres que enfrentaram diversos problemas psicológicos devido à situação de

aprisionamento em que se encontravam. O controle social, religioso e matrimonial sobre qualquer área da vida da mulher, que era tratada como objeto de posse de seus pais e maridos, era exercido por meio da vigilância de seus comportamentos, de suas roupas, cabelos e até mesmo do acesso à instrução (considerada uma “heresia social”).

Por último, outra questão que gerava desavenças no meio familiar, era o enfrentamento das relações sexuais, sempre trabalhado por meio do silêncio. Nesse ponto a desigualdade de gênero se dá de forma mais marcada. De acordo com Perrot (2009), a sexualidade feminina era controlada pelo catolicismo, em que as meninas deveriam cuidar da sua virgindade e do seu casamento, já que sempre eram taxadas em casos de infidelidade e se tornavam motivo de desonra, enquanto a traição do marido era censurada.

Todos esses conflitos se desdobravam por meio da violência (exceto nas famílias burguesas, que preferiam resolver tudo dentro da própria casa), da vingança privada, da vingança legal - que levava o problema para a vida pública -, do internamento ou da separação de corpos e divórcio - meio mais difícil para a mulher, no caso, visto que a lei oitocentista não lhe concedia esse direito. Apesar de todos esses conflitos dentro de casa, a família prevalece como uma grande instituição reguladora da sociedade. Dentro dela, de acordo com Catherine Hall (2009, p.59), “cada sexo, diferente por natureza, possuía suas características próprias, e qualquer tentativa de sair de sua esfera estaria condenada ao fracasso”.

Para Gilberto Freyre (1973), a família era considerada uma instituição vital na formação da sociedade. A partir dessa própria necessidade de pertencimento a um grupo familiar, através de um sistema predominantemente patriarcal e da interpenetração entre os povos, que se constituiu e se estruturou a sociedade brasileira. Para o autor, todas as famílias estavam sujeitas ao modelo de organização patriarcal. A autoridade, imposta institucionalmente pelo homem sobre as mulheres e os filhos no âmbito familiar atingia todas as outras formas de organização social.

Esse modelo é fundamental para compreendermos a configuração da estrutura familiar no século XIX. A família brasileira oitocentista carregava consigo uma enorme influência religiosa do catolicismo que contribuía em grande escala com a propagação desse sistema patriarcal ao pregar, entre diversos dogmas conservadores, a indissociabilidade matrimonial, em que marido e mulher se viam casados “até que a morte os separasse”.

Todas essas questões discutidas até aqui asseguravam ao homem o direito da vida pública e privada. Considerado a “cabeça da família”, o homem era responsável pelo trabalho e sustento da casa. De acordo com Simone de Beauvoir (1949), todas as formas de organização social eram pensadas para eles e, desde os tempos mais longínquos, a sociedade formulou

teorias científicas e religiosas para justificar que a mulher se encontrava relacionada ao “outro”. Por possuir uma natureza reprodutora, à mulher restava a vida doméstica. O lar era o seu lugar, onde ela tinha três funções bem definidas: filha, esposa e mãe. E, diante disto, o seu trabalho era limpar, cozinhar e cuidar dos filhos de acordo com a moral e os bons costumes.

O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo latino vir o sentido geral do vocábulo homo. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. [...] A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. [...] O homem é pensável sem a mulher. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (BEAUVOIR, 1949, p. 11-13)

Ou seja, a mulher não ocupava uma posição de sujeito. Ocupava uma posição do “inessencial”, de fragilidade e passividade diante do mundo. Por isso, a figura feminina foi interpretada e propagada como símbolo de submissão.

O foco da análise de Freyre (1973), no entanto, é o Nordeste açucareiro dos séculos XVI a XVIII onde predominava a estrutura Casa Grande com o modelo de dominação entre o senhor e o escravo. Esta é uma definição insuficiente se analisada a partir de outro contexto histórico e regional. Eni de Mesquita Samara (1983), por exemplo, afirma que no Sudeste brasileiro existiam muitas famílias “ilegítimas”, mulheres solteiras, LGBTs, progressistas e mulheres independentes, onde é possível encontrar uma realidade completamente diferente da que o autor analisa.

Nos anos de 1950 e 1960, por exemplo, muitos estudiosos se dedicaram a revisar as teorias formuladas acerca da família brasileira. Nota-se, nesse período, a preocupação com aspectos regionais, de classe e as mudanças sociais que ocorriam ao longo do tempo. Dentro desses estudos, a questão da mulher também foi explorada, entendendo o seu papel não mais sob um sistema de exclusão e submissão, mas também as suas novas formas de interação social e as mudanças que ocorreram no âmbito doméstico.

No entanto, a sociedade patriarcal que ainda experimentamos, é herança do período colonial, imperial e escravocrata que vivemos nos séculos passados. Dessa forma, ainda que o século XIX tenha sido um período de grandes mudanças nas estruturas do país, o patriarcalismo seguiu sendo um modelo de vida padrão da família brasileira e as mulheres permaneceram submetidas a uma posição de inferioridade.

Apesar disso, a vinda da Corte para o Brasil influenciou de forma significativa na vida da mulher, que passou a desenvolver algum tipo de participação na vida pública. Para Catherine

Hall (2009), a vida pública, no entanto, era considerada um lugar de pecado e distanciamento de Deus. Uma das maiores preocupações do imaginário religioso era com a “pureza” da mulher e, por isso, aquelas que ousassem desafiar os dogmas cristãos ou até mesmo participassem da esfera pública desacompanhadas, eram mal vistas.

Enquanto os homens tinham a oportunidade cada vez mais frequente de ampliar e diversificar os setores de suas empresas e se definiam por suas profissões e atividades públicas, as mulheres se distanciavam desse mundo e faziam da maternidade e da administração doméstica uma profissão. Essa divisão entre mundo masculino e mundo feminino apresentava uma conotação religiosa: a esfera do público era tida como perigosa e amoral. (HALL, 2009, p. 70)

Com o começo da produção industrial, as mulheres - pobres - foram introduzidas ao mercado de trabalho, ainda que representassem uma mão de obra desqualificada por estarem excluídas do sistema educacional. Isso, no entanto, era a realidade de uma pequena parcela das mulheres brasileiras. Aliás, por mais que o espaço público tenha aberto certas brechas para a mulher oitocentista, muitos eram os julgamentos que recaíam sobre estas mesmas mulheres que se expunham à vida social. O trabalho era justamente para aquelas que precisavam ajudar em casa. Para Verona (2013, p. 28) “escravas e mulheres livres e pobres sempre gozaram de considerável liberdade pessoal, principalmente no que diz respeito às possibilidades de ir e vir. Desde os tempos coloniais, eram presença frequente nas ruas, onde podiam ser vistas geralmente a trabalho”. No entanto, essa liberdade não deve ser tomada como verdade absoluta, visto que estas mesmas mulheres “livres”, eram extremamente julgadas e, muitas das vezes, taxadas de prostitutas.

As mulheres burguesas, ao contrário, eram fortemente barradas de qualquer tipo de liberdade em nome da preservação da moral e dos bons costumes. Saffioti (2013, p.67) afirma que, “o primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente”. Verona (2013) afirma ainda que:

É sobre a mulher de elite que recaem, sem dúvida, os maiores cuidados. De acordo com um provérbio português, devia ela sair de casa somente em três ocasiões durante a vida: no seu batizado, no seu casamento e no seu sepultamento. Exagero, sem dúvida, da tradição popular, habituada que estava com a sociabilidade religiosa; todavia, a máxima serve para expressar, em boa medida, os valores morais que cerceavam a condição da mulher das classes mais abastadas, cuja honra precisava ser resguardada acima de qualquer coisa. (VERONA, 2013, p. 28)

Contrapondo o que muitas pessoas acreditam sobre a mulher e a vida pública, as mulheres que participavam das camadas sociais de produção nunca estiveram alheias ao trabalho e contribuíram em todas as épocas e lugares na produção de riqueza e subsistência de suas famílias. Entretanto, “a felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica” (SAFFIOTI, 2013, p. 63). Consideradas inferiores, frágeis e incapazes, as mulheres viviam sob a tutela de seus maridos e dependiam deles, muitas vezes, para entrarem no mercado de trabalho.

Assim, nas sociedades pré-capitalistas, embora jurídica, social e politicamente seja a mulher inferior ao homem, ela participa do sistema produtivo; desempenha, portanto, um relevante papel econômico. Este papel, entretanto, na medida em que é menos relevante que o do homem, define-se como subsidiário no conjunto das funções econômicas da família. Enquanto a produtividade do trabalho é baixa (isto é, enquanto o processo de criação da riqueza social é extremamente lento), não se impõe à sociedade a necessidade de excluir as mulheres do sistema produtivo. Seu trabalho é ainda necessário para garantir a ociosidade das camadas dominantes. [...] Impedindo a penetração das mulheres ou oferecendo-lhes as posições subalternas e menos compensadoras, as corporações de ofícios, mais do que a economia agrária da época medieval, conduzem o processo de marginalização da mulher do sistema produtivo a uma etapa mais avançada. (SAFFIOTI, 2013, p. 65)

Dessa forma, a sociedade capitalista oferecia condições extremamente adversas à mulher. Com a vinda da Família Real para o Brasil, surgem algumas poucas oportunidades de instrução para a mulher, em que as mulheres seriam instruídas nas condições de educandas e não de freiras. No entanto, o ensino era restrito às atividades como costura, bordado, religião, aritmética. Essa questão esteve presente na formulação do que seria a primeira Constituição brasileira, no ano de 1823. No entanto, a Constituição outorgada pelo Imperador no ano de 1824 menciona apenas que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”.

No ano de 1827, no entanto, uma lei que visava a garantia da instrução feminina introduz diferenças curriculares das escolas primárias masculinas e femininas, isentando a necessidade de ensino de geometria e aritmética às meninas. Essas decisões foram tomadas a partir do entendimento de que a mulher exercia um papel social diferente do homem e, para elas, não eram necessários conhecimentos sobre geometria.

Esta lei garantia a igualdade salarial entre homens e mulheres, mas as mestras não tinham domínio de todas as disciplinas, devido à restrição curricular e, por isso, tinham uma pior remuneração. Apesar de ser a primeira lei que garantia à mulher o acesso à educação, esta era restrita e só fazia reforçar o ensino das atividades básicas destinadas à mulher, a fim de que

a sua função magisterial servisse apenas como uma extensão de suas responsabilidades maternas. (SAFFIOTI, 2013)

Se, por um lado, ter acesso ao ensino e um emprego significava participar da vida comum e sonhar com algum tipo de independência, sair da natureza e sentir-se menos insegura na vida; do outro, promovia justificativas para a subvalorização das capacidades femininas a partir da supremacia do homem e, por isso, as inseria em funções produtivas consideradas inferiores e excluídas, em que não era necessário o uso da força e/ou do raciocínio lógico e em situações hostis de trabalho. Aliás, a marginalização não é um elemento apenas do processo de trabalho e, sim, deve ser entendida como uma marginalização da própria mulher como ser social.

O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais; lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a inferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva na constituição das classes sociais [...] As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida de capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. (SAFFIOTI, 2013, p. 66 e 67)

A entrada da mulher no mercado de trabalho não nasce apenas das reivindicações das mulheres ou de uma exigência social e, sim, do próprio empreendedor que pôde obter mais lucros a partir da exploração dessa força de trabalho. Neste período do século XIX, inclusive, muitos homens começaram a se sentir ameaçados por acreditarem que o trabalho feminino era a causa do desemprego masculino, visto que os empresários substituíam a força masculina por uma feminina pior remunerada. No entanto, tudo isso fazia parte do próprio sistema econômico de produção.

A ideia de que a missão da mulher é o casamento e a procriação conduziu não propriamente a uma qualificação da força de trabalho feminina, mas a uma especialização que destina as mulheres das camadas intermediárias da sociedade às ocupações subalternas, mal remuneradas e sem perspectivas de promoção. As famílias proletárias, por sua vez, e na medida de suas possibilidades, adotam, num simulacro de prestígio, a ideologia da classe dominante: a mulher deve ser exclusivamente dona de casa, guardiã do lar. E as próprias mulheres, em sua imensa maioria, têm de si próprias uma imagem cujo componente básico é um destino social profundamente determinado pelo sexo. Não só o empregador justifica os baixos salários em termos do sexo feminino (“o salário não é muito alto, mas é suficiente para uma mulher”); é a própria mulher que, insegura num mundo em que ela conta como uma variável a ser manipulada segundo as conveniências da situação, no qual não lhe cabe nenhum

poder de decisão, no qual, enfim ela se joga com a desvantagem de ser mulher, situa seus alvos em planos pouco ambiciosos. O medo inconsciente do fracasso reduz suas aspirações e diminui seu ímpeto de realizar. Por isso ela busca integrar-se na sociedade de classes através das vias de menor resistência, em campos julgados próprios às características de seu sexo, em ocupações que, por serem pouco promissoras, mal remuneradas e conferirem pequeno grau de prestígio, são julgadas inadequadas ao homem. (SAFFIOTI, 2013, p. 95)

Tudo isso não se deve apenas ao fato de haver uma divisão sexual do trabalho, mas uma divisão sexual marcada pela cultura patriarcal brasileira, presente no cotidiano de todas as mulheres. Verona (2013) ressalta que o pensamento do senso comum, reforçado e “comprovado” cientificamente por muitos médicos do século XIX era de que as mulheres eram intelectualmente inferiores, possuíam o cérebro menor que o dos homens e ainda eram dotadas da doença histeria.

Desde os tempos mais remotos a sociedade atribui grande valor à posição da mulher como mãe, exercendo, na verdade, forte pressão sobre elas. Toda mulher oitocentista “que se preze” deveria almejar o casamento, pois assim poderia exercer a sua função natural de reprodutora. Vale salientar que para Verona (2013), inclusive, existia um interesse singular dos médicos pelo estudo da mulher no período oitocentista, principalmente enquanto mãe e, especialmente, sobre aquelas que não concluíam o seu “destino natural”. A ciência considerava que todo e qualquer meio que impossibilitasse o cumprimento da função social da mulher, como o aborto, os contraceptivos, a homossexualidade, deveriam ser condenados. E, àquelas que não almejavam ou conquistavam uma vida familiar padrão, provavelmente se entregariam a uma vida promíscua.

A maternidade era apresentada como a finalidade mais importante da vida de toda mulher e os médicos procuravam valorizar a o máximo essa experiência: ‘a mulher deve procurar ser mãe, sem o que sua missão será incompleta’. Outras experiências que pudessem desvirtuar a moça desse ‘destino marcado pela natureza’ deviam ser rigorosamente evitadas, já que a mulher não foi ‘feita para figurar no liceu ou no pórtico, nem no ginásio ou hipódromo; e seu destino sendo o de estabelecer o encanto e o doce laço da família, ainda sua vida inteira não seria muita para os numerosos cuidados que esta reclama. O casamento colocava-se como uma necessidade imediata para a mulher que chega à fase adulta; o celibato poderia ser prejudicial a seu organismo, além de levá-la a cometer excessos e a entregar-se a costumes devassos. Por isso os doutores frequentemente mencionam os benefícios do casamento. (VERONA, 2013, p. 51)

Além disso, a sociedade exercia forte pressão sobre o controle dos excessos, vícios e paixões das mulheres, visto que, para a medicina, as mulheres possuíam o emocional mais aflorado e não tinham total controle sobre os acessos neurológicos. A sexualidade era um tabu. Verona (2013, p. 61) afirma que “a masturbação é apontada como uma prática que poderia

concorrer para a desregulação das funções orgânicas e, na visão de alguns médicos, acarretar a histeria ou até mesmo a loucura”. Assim, o discurso médico, tido como verdade absoluta, influenciava diretamente no controle do corpo da mulher e a legitimidade dos estudos médicos logo estabeleceram todas as diferenças de gênero, justificando como homens e mulheres eram diferentes e por que o sexo feminino era considerado inferior.

Nelas, formas, tamanhos, espessuras e jeitos combinam-se numa ‘admirável disposição’ que responde às funções para as quais são destinadas. Da maneira de andar, ‘a mulher com seu pequeno e delicado pé caminha mais sutil e elegantemente’, à forma de pensar, ‘a fraqueza e a sensibilidade são as qualidades dominantes e distintivas da mulher’, tudo é condicionado por essa disposição ‘natural’ que predetermina um modo específico de ser mulher. A cabeça menor, as cadeiras largas, os nervos delgados e delicados, o timbre de voz agudo, a pele fina e macia, os órgãos do sentido excitáveis: os médicos pontuaram sobre um amplo repertório de diferenças que se estenderam por todo o corpo e não se restringiram ao órgão sexual; buscaram na anatomia as ‘causas inatas’ que justificassem o predomínio das ‘faculdades afetivas’ na mulher. (VERONA, 2013, p. 50)

Conclui-se, portanto, que a representação de um modo específico de mulher também pôde contar com a intensa contribuição dos médicos oitocentistas. Todas essas ideias a respeito do papel e da identidade feminina, desencadearam em sua criação desde a infância. As meninas foram excluídas do sistema educacional até meados do século XX. O baixo nível da educação feminina é defendido em nome de uma necessidade moral e social de preservação da família e a Igreja católica defendia a manutenção da ordem patriarcal da família, alegando as diferenças básicas entre o papel do homem e da mulher.

Quando foi possível, então, colocar as filhas nas escolas, pode-se dizer que eram destinadas a uma maioria burguesa que tinham o interesse de reforçar a educação doméstica a essas meninas, com matérias de alfabetização, corte e costura, limpeza, cuidados com a casa, etc. Para os meninos, em contrapartida, eram destinadas as matérias das ciências exatas, por exemplo.

O androcentrismo da família patriarcal reservava aos homens os benefícios da cultura e se encarregava de excluir as mulheres desse universo. Por isso a imposição de uma educação diferenciada como forma de respeitar “as diferenças biológicas e morais” de cada sexo. Aos homens, uma educação que os preparasse para o mundo do trabalho; às mulheres bastava a “educação da agulha”, saber se comportar e atuar dentro da casa. Numa formação mais sofisticada, a jovem aprendia francês, música, pintura, as quatro operações, e ainda etiqueta, catecismo, culinária e princípios morais, o suficiente para formar a mulher que o discurso senhoria prescrevia: educada, meiga, acomodada. (DUARTE, 2016, p. 24-25)



A mulher, então, tinha a sua identidade biologicamente definida como o sexo frágil e dependente do homem. Ela era socialmente acessória - o homem que não fosse casado e tivesse uma mulher em casa, não tinha prestígio social. E, por fim, a mulher era politicamente irrelevante, considerando que o cidadão do século XIX era caracterizado como homem livre, branco, rico e alfabetizado.

Neste sentido e, entendendo o jornal como o principal meio de comunicação da época, é importante conhecermos, também, como a imprensa enxergava a situação das mulheres, como ela as representava ou, na verdade, como a imprensa feminina reforçava cada vez mais uma noção de que o sexo feminino, frágil, submisso e intelectualmente inferior, deveria continuar a aprender sobre o lar, cozinha, roupas, filhos e maridos e ignorar a situação que lhes era imposta por uma definição biologicamente marcada.

## **CAPÍTULO 2. A IMPRENSA FEMININA DO SÉCULO XIX**

Este capítulo discute o início da imprensa, em especial a imprensa feminina no Brasil e os principais assuntos abordados nesses periódicos – que dizem muito sobre os direcionamentos em relação à instrução da mulher oitocentista. Além disso, apresenta o periódico *O Sexo Feminino*, foco da análise do trabalho e importante marco da análise sobre a imprensa feminina em geral, visto que é considerado o primeiro veículo feminino com traços progressistas e abordagens que podem ter sido o despertar das discussões feministas no Brasil.

Neste sentido, é importante debruçar os estudos do capítulo em uma análise sobre a imprensa feminina produzida pelas próprias mulheres, sobretudo neste período oitocentista – os primeiros periódicos femininos foram feitos por homens, que tinham a intenção de instruir a mulher. A existência do periódico analisado suscita alguns questionamentos, entre eles: essa imprensa era um instrumento de luta feminista? Ou as próprias mulheres redatoras utilizavam dos periódicos para reforçar o estereótipo que já estava posto a elas mesmas? Ou então, além de tudo, os periódicos serviam como uma forma de desabafo? Serviam como um refúgio? Qual eram as reais questões e tramas apontadas no discurso dessas mulheres?

Encerramos o capítulo com uma reflexão sobre o papel da mulher na sociedade a partir do conceito de discurso, à luz dos estudos de Michel Foucault e Norman Fairclough, para compreender a representação das questões femininas presente nos enunciados de Francisca Diniz e a apropriação desse poder discursivo na imprensa como forma de ação no mundo e, principalmente, como forma de ação sobre as mulheres.

### **2.1. *O Sexo Feminino* e os primórdios da imprensa feminina no Brasil**

A imprensa brasileira se estabeleceu com cerca três séculos e meio de atraso em relação ao desenvolvimento do sistema mecânico, produzido por Gutemberg, que deu início à Revolução da Imprensa, no século XV. Foi somente com a vinda da Coroa portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, que se estabeleceu a necessidade da produção de um veículo comunicacional e foi fundada a Impressão Régia, primeira editora brasileira, filial da editora de Lisboa.

Muito se diz sobre certa proibição da Coroa portuguesa em relação à instalação de uma imprensa no Brasil antes de sua chegada. No entanto, para Molina (2015), historiadores e estudiosos da imprensa brasileira têm, até hoje, mais dúvidas do que respostas sobre a ausência de tipografia e de imprensa no Brasil colonial, porque são poucos os fatos conhecidos.

O que se sabe é que não existia um veto oficial, por parte de Portugal, ao longo dos três séculos que antecederam a vinda da Corte, que impedisse o funcionamento de uma imprensa no país. Isso não significa, porém, que ela fosse permitida. De acordo com Matías M. Molina (2015, p. 38), “talvez a proibição fosse desnecessária porque não houve nenhuma tentativa de instalação”. Quando houve, a Família Real foi rápida em barrá-la e retirá-la de qualquer tipo de circulação, assim como era feito com qualquer outra forma de investimento no país, como as 7 indústrias, a construção de estradas ou a navegação. Em meados do século XVIII, inclusive, Lisboa teve notícias da existência de um prelo no Brasil e apressou-se em impedir o seu funcionamento e ordenar que fosse enviado de volta à metrópole.

Molina (2015) reitera a afirmação de alguns escritores de que, se durante três séculos não houve tipografias no Brasil é porque Portugal não queria que o Brasil tivesse imprensa (da mesma forma que proibia a instalação de um correio interno, de universidades, etc., até que viesse para cá). No entanto, outros estudiosos explicam que não havia tipografias porque elas não eram necessárias.

Na verdade, o Brasil não era um terreno fértil no qual podiam germinar facilmente as artes gráficas nos primeiros tempos da colônia. O território era enorme, a população era escassa e pouco alfabetizada e tinha poucos incentivos para aprender a ler e escrever. De pouca utilidade poderia ser a impressão local de qualquer obra. A documentação a respeito é muito escassa. Mas não foi encontrado nenhum documento nos arquivos de Lisboa proibindo a instalação de tipografias no Brasil no início do período colonial. Se não foram instaladas, isso não se deveu a restrições impostas pela Coroa, mas à falta de iniciativa ou, talvez, necessidade. (MOLINA, 2015, p. 35 e 36)

Somente a partir de 1808 e da clara necessidade de se instituir uma forma de comunicação que garantisse a unidade nacional, haja vista a extensão do território brasileiro, é que começou a existir um investimento nos veículos de imprensa do Brasil. Inicialmente voltados, é claro, para comunicar sobre a Corte e as realizações políticas que eram estabelecidas no país – com forte censura, assim como nos jornais portugueses.

O seu início é marcado pela publicação do primeiro jornal impresso no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que começou a circular no dia 10 de setembro de 1808, na cidade do Rio de Janeiro. Era um órgão oficial do governo e, assim como tantos outros jornais da época, tinha um caráter mais doutrinário do que noticiário, a fim de divulgar os interesses da Corte e moldar a opinião pública. Em contrapartida, o jornal *Correio Braziliense*, impresso em Londres e trazido clandestinamente para cá antes mesmo da *Gazeta do Rio de Janeiro*, tinha um caráter ideológico com o intuito de evidenciar os defeitos administrativos da Coroa portuguesa no Brasil.

O Brasil do século XIX era um país formado basicamente por cidades litorâneas isoladas, com uma ou outra povoação importante no interior de seu território. De acordo com Dulcília Buitoni (1986, p. 36), “alguns centros tinham uma vida cultural praticamente autônoma – em que pese a influência da Corte do Rio – com vínculos próprios com a Europa. As comunicações entre as cidades brasileiras eram precárias; dependiam de navios ou de correios a cavalo”.

Além de chegar com atraso de três séculos, a imprensa no Brasil enfrentou problemas de infraestrutura física e social que nem sempre conseguiu superar satisfatoriamente, como a precária situação dos transportes e das comunicações; a renda baixa e desigualmente distribuída; a exclusão da maioria da população da vida política; as instalações gráficas insuficientes; a falta de papel. (MOLINA, 2015, p. 19)

Dessa forma, é possível afirmar que o começo da imprensa brasileira enfrentou sérios problemas de infraestrutura. Eram necessários grandes investimentos no setor de transportes que só foram resolvidos depois de cerca de duas a três décadas da inauguração de uma Impressão Régia no país. “Em 1827, foi instalado um serviço regular de vapores entre Rio e Santos; em 1839, todas as províncias marítimas eram ligadas por navegação a vapor. Essa circunstância ajudou a imprensa que estava nascendo” (BUITONI, 1986, p. 37)

A chegada da Família Real portuguesa, como já mencionado, foi um marco que desencadeou mudanças radicais e promoveu um desenvolvimento profundo em diversas áreas do país. Apesar de manter o status de colônia, o Brasil passou a ser a sede do governo e o centro de decisões do império português. Nos planos político e econômico, foram criadas estruturas administrativas e jurídicas para o funcionamento do Estado, o país passou a negociar diretamente com outras nações, foram retiradas as restrições para a implantação de indústrias, houve a construção de estradas etc. No plano da educação e da cultura, a transferência da Real Biblioteca Pública da Corte para o Rio, a instalação do Museu Nacional e do Jardim Botânico, além da instalação de escolas superiores de medicina, engenharia e mineração.

Foi nesse contexto que a imprensa começou a ser investida no Brasil e recebeu os mais modernos equipamentos gráficos da época. De acordo com Molina (2015), o Brasil foi o primeiro país, depois da Inglaterra, a utilizar os prelos metálicos *Stanhope*, que tinham acabado de ser desenvolvidos. O maior avanço na impressão desde os tempos de Gutenberg.

Além disso, poucos eram os obstáculos para a produção e o lançamento de um jornal, visto que o custo era baixo. Eram necessários um ou dois redatores que poderiam escrever de casa e, geralmente, tinham outra fonte de renda. O conteúdo era pequeno e possuía, geralmente, um reduzido número de exemplares de quatro páginas.

A implantação da tipografia foi um processo irreversível. As primeiras impressões do Brasil foram submetidas à mesma censura que existia em Portugal, mas o fato de se ter um jornal publicado era um ponto definitivo. Não havia como voltar ao passado e suprimir os jornais, pois o Brasil entrava na era da imprensa.

Muitos jornais foram publicados no período oitocentista e, apesar de uma grande parte desses jornais não terem tido um período de duração considerável, chegando ao máximo dois ou três anos de circulação, eles estavam sempre sendo repensados, renovados e substituídos por outros tantos impressos. “Os jornais poucas vezes duravam mais do que algumas semanas, mas sempre havia novas publicações para ocupar o lugar das que desapareciam” (MOLINA, 2015, p. 182). O jornal impresso se tornou o principal meio de comunicação do Império e possuíam forte influência na vida e no cotidiano dos brasileiros.

Apesar de baixa difusão, os jornais tiveram e ainda têm uma inegável influência na vida do país. Eles foram, durante um século e meio, os principais meios de comunicação e de formação da opinião pública, e praticamente os únicos. Eram o fórum de debates do país, a ágora onde se discutiam os principais temas. Sua influência ia muito além das magras tiragens. O Brasil é um país de rica tradição oral, e no século XIX era comum nas cidades do interior as pessoas se reunirem em lugares públicos para ouvir a leitura das notícias e dos folhetins que chegavam pelo correio, que depois seriam comentados nas praças, na rua e nas tabernas. (MOLINA, 2015, p. 22)

Mas se a própria imprensa brasileira foi atrasada, surgindo três séculos e meio depois das primeiras obras estampadas por Gutemberg, a imprensa feminina não deixaria de seguir esse padrão. Já no século XVII era possível reconhecer o surgimento de uma imprensa feminina na Europa. Mas foi somente em 1827, um pouco mais tarde de se estabelecerem os primeiros veículos comunicacionais no país, que os jornais dedicados à mulher começaram a ganhar forma por aqui.

Todos os avanços que ocorreram no Brasil durante o século XIX não foram diferentes com a imprensa e, em especial, a imprensa feminina. Antes da demarcação de sua existência, não havia uma distinção de público definida para os veículos comunicacionais. Apesar de lida por uma quantidade majoritária de homens - únicos que tinham acesso ao letramento - a imprensa era tratada como geral. Nesse mesmo século, no entanto, com o nascimento dos veículos destinados à mulher, circularam cerca de 143 jornais e revistas - de que se tem registro - com o público alvo feminino bem definido. Para Constância Lima Duarte (2016), esse número representa apenas a “ponta do iceberg”. Acredita-se que muitos outros periódicos devem ter existido e se perderam por falta de cuidado e conservação. “O material surpreende pela

multiplicidade de títulos e a larga amplitude alcançada no território nacional, pois esta imprensa tensionou a opinião pública não só no centro, como também nas periferias. Circulou no litoral e no interior; na metrópole e nas mais afastadas províncias” (DUARTE, 2016, p. 18)

Os novos costumes importados da Europa, como a etiqueta, os modismos e o gosto pela literatura, foram difundidos em larga escala pela imprensa. De acordo com Duarte (2016), as mulheres foram especialmente beneficiadas com a imposição de novas ideias. “Se predominava a indigência cultural, o sentimento de inferioridade e a reclusão mourisca – resumida no velho ditado: “A mulher só deve sair de casa três vezes: para batizar, casar e enterrar” -, o quadro começa a mudar com os ventos soprados da Europa e lentamente vai deixando de ser ‘heresia social’ instruir o sexo feminino” (DUARTE, 2016, p. 14)

Os primeiros jornais voltados para o público feminino foram produzidos por homens. Atentos às novidades e às mudanças de costumes da época, esses produtores se apressaram em oferecer periódicos destinados à informação das leitoras. O primeiro título conhecido – *O Espelho Diamantino* – circulou no Rio de Janeiro de 1827 a 1828, fundado por Pierre Plancher, editor e jornalista francês que atuou no Brasil durante o Primeiro Reinado. Na edição de 1º de outubro de 1827, o autor afirma que conservar as mulheres “em estado de estupidez, pouco acima dos animais domésticos é uma empresa tão injusta quanto prejudicial ao bem da humanidade”.

É interessante observar como os títulos dos primeiros jornais e revistas se relacionam ao campo semântico da educação, revelando a ideologia patriarcal que o dominava. Ao se apresentarem como Mentor, Farol, Manual, Despertador ou Espelho, eles se colocavam acima das mulheres e como guias responsáveis pela mudança de seu status quo. Naquela época, jornal e revista, observo, tinham a mesma aparência, distinguindo-se apenas na diversidade de gêneros literários e nas matérias de entretenimento, que costumavam ser maiores nas denominadas revistas. (DUARTE, 2016, p. 21)

Esses primeiros jornais direcionavam seus textos ao pouco número de mulheres alfabetizadas no país, provavelmente integrantes de famílias com alto poder aquisitivo e que dedicavam suas vidas ao lar. Muitos desses veículos, inclusive, reforçavam o papel da mulher de dona de casa, responsável apenas pelas obrigações domésticas.

De acordo com o Censo de 1872, o primeiro realizado no país, “o Brasil tinha 81,43% da sua população livre analfabeta; e apenas 19,85% entre os homens e 11,5% entre as mulheres eram alfabetizados. [...] Os jornais e revistas dessa época destinavam-se, portanto, às poucas brasileiras que começavam a superar a reclusão doméstica, a frequentar teatros, saraus e

apreciar literatura” (DIRETORIA GERAL DA ESTATÍSTICA, 1872 citado por DUARTE, 2016, p. 24).

Dulcília Buitoni (1986) afirma que a imprensa feminina é um conceito definitivamente sexuado, ou seja, o sexo de seu público faz parte de sua natureza. Dessa forma, o elemento definidor de um veículo feminino era, principalmente, o sexo para quem era direcionada a sua leitura. Seu conteúdo variava entre literatura, culinária, moda, beleza, cuidado com a casa e eram marcadamente meios de reforçar o papel social da mulher dentro do contexto em que ela estava inserida - aliás, com esse intuito, muitos desses periódicos eram escritos por homens. Somente depois de alguns anos surgiram aqueles produzidos pelas próprias mulheres e que iam além dos assuntos mencionados acima, com discursos voltados para a reivindicação de direitos. Além disso, esses periódicos utilizavam de uma linguagem mais pessoal e afetiva até formas mais incisivas e demarcadas pela presença de um discurso progressista e empoderador.

Vale salientar que a imprensa feminina era marcada por dois direcionamentos bem definidos: o tradicional, que não “permitia” à mulher uma liberdade de ação fora do lar, engrandecendo o papel da mulher doméstica, mãe e feminina; e o progressista, que buscava defender os direitos da mulher e a igualdade em relação aos homens, dando ênfase, pelo contexto da época, a reivindicações pelo acesso à educação, a emancipação da mulher, pelo acesso ao mercado de trabalho e pelo direito ao voto.

E os periódicos são surpreendentemente múltiplos em sua diversidade. Há os assumidamente feministas; os assumidamente conservadores; os que não se comprometem; os que se limitam ao passatempo; os que visam certos segmentos, como a jovem, a mãe de família, a adolescente, a estudante; e os que se dedicam a temas específicos: literatura, educação, política, lazer, moda, humor. Há também os que trazem um pouco de tudo em suas páginas: poesia, romance, charadas e escritos militantes. (DUARTE, 2016, p. 22-23)

É importante que não nos limitemos em pensar somente a quem esses periódicos se dirigiram, mas também como as autoras conversavam com suas leitoras. É notório que a imprensa feminina se destaca, até hoje, pela linguagem “amigável” entre as mulheres. Assim, algumas se caracterizam apenas por uma conversa informal sobre moda, literatura ou culinária; enquanto outras exprimem um desabafo, utilizando os jornais como instrumento de luta e de reverberação das inquietações que viviam as mulheres oitocentistas. E, conforme são analisadas as falas dessas autoras, tanto dos jornais tradicionais, como dos progressistas, é possível perceber uma força limitadora de instituições como a Igreja, o Estado, a família, etc. sobre o discurso dessas mulheres.

Ocorria muitas vezes, inclusive, de propostas antagônicas se misturarem no mesmo periódico, e artigos investidos de tom progressista ficarem próximos de outros com ideias contrárias. A emancipação intelectual, política e social da brasileira ficou, assim, à mercê de forças que ora a impulsionavam para a frente, ora a queriam estacionada a ignorância e na dependência. (DUARTE, 2016, p. 25)

Parece-nos que durante quase meio século, o universo feminino na imprensa esteve representado, praticamente, pelo universo da moda, literatura e da beleza. Com informações voltadas ao entretenimento, centrando o papel da mulher enquanto esposa, mãe e “rainha do lar”. No entanto, quando as primeiras mulheres passaram a ter acesso ao letramento, acredita-se que imediatamente se apoderaram da leitura que, por sua vez, as levou à escrita, à crítica e lhes deu consciência do lugar que ocupavam e da condição a que estavam submetidas. Essas inquietações favoreceram, aos poucos, o surgimento de uma imprensa reflexiva, engajada e reivindicatória. Foi por meio da imprensa feminina que as mulheres puderam produzir, questionar e resistir. É nesse contexto em que se encontra o periódico *O Sexo Feminino*, considerado por Buitoni (1986) como a primeira publicação feminista da história da imprensa feminina brasileira. Apresentado como “Semanário dedicado aos interesses da mulher”, *O Sexo Feminino* está entre os jornais progressistas do século XIX, lançado no dia 07 de setembro de 1873, por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, educadora e escritora, na cidade de Campanha, em Minas Gerais.

Francisca Senhorinha da Motta Diniz nasceu em meados do século XIX (data desconhecida), em São João Del Rei, Minas Gerais. Se formou no ensino secundário e cursou magistério para instrução de nível primário. Além de iniciar uma carreira jornalística, ao contribuir com o semanário *Estação*, onde escrevia sobre moda, Francisca administrou uma escola em Minas Gerais por cerca de 15 anos e, no Rio de Janeiro, ainda que trabalhasse com o periódico *O Sexo Feminino*, não abandonou a profissão de educadora e fundou o Liceu Santa Izabel e a Escola Doméstica, que oferecia ensino secundário às jovens de classe média. Ela era casada com José Joaquim da Silva, advogado, com quem teve suas três filhas, Albertina, Amélia e Elisa Diniz, que contribuíram em grande escala na produção do jornal e na administração das escolas.

O periódico *O Sexo Feminino* teve a sua primeira publicação na cidade de Campanha da Princesa da Beira, interior de Minas Gerais. Em seu primeiro ano de publicação (1873), chegou a alcançar uma tiragem de 800 exemplares, com leitores de várias cidades. Com a certeza de que na corte o periódico teria maior alcance, em 1874, Francisca se mudou para o Rio de Janeiro com suas filhas (não se sabe se ela foi acompanhada do marido) e levou consigo o jornal, que durou cerca de 15 anos em terras cariocas. Com uma grande demanda nas



primeiras edições publicadas no Rio de Janeiro, *O Sexo Feminino* obteve mais de quatro mil exemplares nos primeiros dez números e tinha leitores das mais variadas classes, lido até mesmo por D. Pedro II e pela princesa Isabel.

A partir do ano de 1876, no entanto, o jornal deixa de ser publicado semanalmente e passa a ser anunciado como mensal, em decorrência de problemas de saúde da autora. No entanto, essa interrupção se estende por quase 13 anos, visto que próxima reimpressão só ocorre no dia 2 de junho de 1889.

As propostas do periódico eram, justamente, as reivindicações apontadas sobre as revistas progressistas da época: defender a educação, a instrução e a emancipação da mulher. Por isso, Francisca Diniz e suas filhas tinham fortemente marcado em seu discurso a importância da educação das jovens, alegando que a sabedoria de um ser humano é o bem mais precioso que ninguém poderia roubar. Além disso, o jornal conferia extremo valor à educação básica da mulher, tanto para benefício próprio como também acreditava que a instrução do “belo sexo” seria a única maneira de uma regeneração moral da sociedade.

O século XIX, século das luzes, não se findará sem que os homens se convençam de que mais da metade dos males que os oprimem é devido ao descuido que eles tem tido da educação das mulheres, e ao falso suposto de pensarem que a mulher não passa de um traste de casa, grosseiro e brusco gracejo que infelizmente alguns indivíduos menos delicados ousam atirar a face da mulher, e o que é mais as vezes, em plena sociedade familiar!!! (O SEXO FEMININO, 07 de setembro de 1873, edição 1, p.1)

Com um teor mais agressivo e audacioso do que os jornais femininos da época, *O Sexo Feminino* colocou o “dedo na ferida” de uma sociedade em transformação e deixou a importante lição de que devemos ter a ousadia de questionar os padrões sociais que impõem a submissão de qualquer indivíduo e lutar pelo que acreditamos – no caso, o direito à instrução e emancipação das mulheres.

Os jornais oitocentistas eram os únicos meios de comunicação e propagação de ideias da época, por isso, é fundamental pensarmos na importância dos traços progressistas do discurso da autora e a influência que ele representava no entendimento de si e, até mesmo, na desconstrução da identidade feminina enraizada pela sociedade patriarcal. No jornal, a autora explicita a necessidade das mulheres se unirem para olhar atentamente para a situação em que vivem, qual é o papel que elas representam na sociedade enquanto filhas, mães e esposas.

Francisca e todas as outras mulheres que lideraram a produção de veículos comunicacionais no século XIX procuraram despertar as demais para o desenvolvimento de

um “potencial sufocado e desconhecido”. Elas acreditavam na educação como instrumento mais eficaz para libertar a mulher da opressão.

Francisca Diniz representava o feminismo incipiente presente nos discursos dos jornais femininos progressistas. O despertar de reivindicações pela alfabetização, educação e instrução do sexo feminino, a influência sobre a conquista de uma profissão e o desejo de libertar as mulheres do aprisionamento doméstico indicava uma subversão à ordem social oitocentista. Por isso, acredita-se que a ideia reproduzida de que todas as mulheres exerciam um papel de subordinação não encontra sustentação material. As mulheres oitocentistas não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão e a dominação, por mais que tenham acontecido a algumas delas, não bastam para definir sua história.

Existiram muitas dessas grandes mulheres, assim como Francisca Diniz, que representavam um pensamento além de seu tempo, que tiveram outras práticas, que utilizaram o discurso como uma forma de agir sobre outras mulheres e sobre as pressões sociais, formas concretas de resistência ao regime patriarcal, como o jornal *O Sexo Feminino*. Desse modo, destacamos a importância da reflexão sobre o papel da imprensa feminina de época na constituição e solidificação de uma memória coletiva sobre a formação da identidade e do papel da mulher no século XIX que perpetuam até hoje. Os jornais eram um espaço privilegiado para trazer questões políticas para a esfera coletiva e, ao mesmo tempo, era ao mesmo tempo formado e formador da opinião pública e das representações sociais.

## **2.2. A imprensa de época e as representações discursivas**

A análise do discurso do periódico *O Sexo Feminino*, de Francisca Diniz, empreendida nesta pesquisa, está embasada nas contribuições de autores como Michel Foucault (2009) e Norman Fairclough (2001) acerca do conceito de discurso. Em linhas gerais, refletimos sobre a forma como o discurso do jornal representa as mulheres e o contexto oitocentista, ou seja, a noção de discurso auxilia-nos a compreender quais eram os interditos e os silenciamentos presentes no discurso de Francisca Diniz e, também, a importância da apropriação feminina do meio de comunicação mais importante do século XIX – o jornal. Como esses discursos, apesar dos silenciamentos, foram apropriados como forma de ação ao denunciar o contexto social da mulher e instigar essas mesmas inquietações em suas leitoras.

Foucault (2009) aborda suas inquietações sobre a produção discursiva, especificamente sobre o que é o discurso em sua materialidade, diante de sua existência transitória e dos poderes e perigos presentes no ato discursivo. Por isso, antes de discorrer sobre essas preocupações,

Foucault (2009, p. 09) apresenta sua hipótese: “Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.

O autor desenvolve a análise a partir do que denomina como procedimentos externos do discurso. O primeiro deles são os procedimentos de exclusão e, dentre estes, o primeiro é a *Interdição*. Sabe-se que nem todo indivíduo tem o direito ou a possibilidade de dizer tudo em qualquer tempo ou espaço e, de acordo com Foucault (2009), essas interdições que atingem o sujeito estão ligadas ao desejo e ao poder. O discurso não apenas manifesta o desejo, mas também é objeto do desejo, assim como não apenas reproduz os sistemas de dominação, mas representa o objeto por meio do qual o indivíduo se revela.

Outro mecanismo de exclusão mencionado pelo autor é a *Separação e/ou Rejeição* exemplificada pela oposição entre razão e loucura. O discurso do louco é demarcado e separado dos outros discursos, é desconsiderado e sem importância. Por isso, há, também, uma rejeição, como se, após separado, o discurso do louco não existisse e suas palavras não fossem tomadas como uma verdade.

Por fim, o terceiro meio de exclusão apontado por Foucault (2009) está na relação *Verdadeiro x Falso*. Diferente dos procedimentos anteriores, este não é marcado pela pressão ou violência e nem é imposto. É um mecanismo marcado pela historicidade de uma vontade de verdade que rege a nossa necessidade de saber e, por isso, torna-se um processo de exclusão do que era considerado anteriormente como verdade. Enquanto os outros meios se enfraquecem ao longo do tempo, esse procedimento é constantemente reforçado por um suporte institucional – a educação.

Esses três procedimentos caracterizados acima, dizem respeito às formas de controle e delimitação externas do discurso e cabem à parte do enunciado que põe em jogo o poder e o desejo. Ao refletirmos sobre o contexto das mulheres oitocentistas é possível perceber a força dos procedimentos de exclusão presentes na sociedade analisada. Apesar do jornal *O Sexo Feminino* ser uma forma de “quebra” desses procedimentos, visto que a escrita e a exteriorização dos pensamentos de Francisca e suas colaboradoras se faziam presentes na imprensa num momento em que as mulheres não deveriam se impor ou eram descredibilizadas ao fazê-lo, existem, ainda, no discurso presente no semanário, um certo entendimento sobre o que poderia ou não ser dito.

Foucault (2009) apresenta, também, os procedimentos internos do discurso, visto que são os sujeitos, eles mesmos, que exercem o próprio controle de seus discursos por meio de

classificação e ordenação. Eles são caracterizados não mais pelo desejo e pelo poder, mas como acontecimento e acaso.

Dentro dos mecanismos internos está, em primeiro lugar, o *Comentário*. Existem dois tipos principais de discursos: os originários, dos quais se fala; e os retomados, ditos novamente, comentários sobre os outros discursos. O comentário surge a partir do renascimento dos discursos e permite uma construção de novos enunciados, com a função de dizer o que ainda não foi dito dentro do discurso original. É por meio do comentário que se adicionam novas ideias ao discurso.

Já o *Autor* é um meio complementar ao comentário. Ele diz respeito à individualidade. De que forma ele apresenta, em seu discurso, o modo como ele assimila ou modifica sua época. Ou seja, “o comentário limitava o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que teria a forma de repetição e do mesmo. O princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu” (FOUCAULT, 2009, p. 29).

O terceiro e último procedimento interno de limitação do discurso é reconhecido nas *Disciplinas*. Ao contrário do comentário, a disciplina não é uma soma de tudo o que se pode entender sobre alguma coisa. Ela não é um sentido que precisa ser redescoberto ou repetido, através de seu ponto de partida. A disciplina é a possibilidade de formulação de novas proposições. Ela é definida por um domínio de objetos, um conjunto de regras, anônima a disposição de seu autor.

Por fim, Foucault (2009) aponta o terceiro grupo de procedimentos que limitam os discursos. Estes são responsáveis por determinar as condições de seu funcionamento, por meio de regras, ou seja, nenhum indivíduo é capaz de participar dessa ordem do discurso se não for apto ou responder a certos requisitos. São os mecanismos de *Rarefação*. O *Ritual*, primeiro desses mecanismos, define quais indivíduos podem proferir um discurso e a qualificação que ele deve possuir para ocupar determinado lugar. Um discurso religioso, por exemplo, só pode ser proferido por quem é considerado uma autoridade nessa determinada religião – como os padres são autoridade na Igreja Católica.

Há, também, as *Sociedades* de discurso, cuja função é conservar e produzir discursos que só poderão ser circulados em um ambiente fechado. Outro mecanismo de Rarefação é a *Doutrina*, responsável por agrupar os indivíduos que partilham determinada crença e valores. Ao contrário das Sociedades de discurso, a Doutrina tende a se difundir, pois é através da partilha que os indivíduos se reconhecem. Todo aquele que aceita e reconhece essas verdades, profere discursos semelhantes e está ligado em torno de uma doutrina.

Por fim, Foucault (2009) menciona, também, o procedimento de *Apropriação Social* do discurso.

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si (FOUCAULT, 2009, p. 49)

Além disso, Foucault (2009) define o discurso por meio de uma visão constitutiva. Ou seja, para ele o discurso é uma categoria fundante, as coisas não preexistem às palavras, mas são os discursos que produzem as coisas, as verdades e os fatos históricos.

O discurso presente no jornal *O Sexo Feminino*, por exemplo, foi responsável por gerar incômodo e promover uma agitação feminina. Ao argumentar, reivindicar e lutar pela educação feminina, Francisca Diniz carregou consigo diversas outras mulheres que se encontravam na inércia, paralisadas pela sua posição submissa.

Sua análise é produzida em torno das “formações discursivas”, que possuem uma relação ativa com a realidade e são compostas por regras. Assim, Foucault (2009) se baseia nas “condições de possibilidade” do discurso e é sobre essas “regras de formação” que será definida a articulação de um tipo particular de discurso.

A análise de discurso [para Foucault] diz respeito não à especificação das frases que são possíveis ou gramaticais, mas à especificação sociohistoricamente variável de formações discursivas, sistemas de regras que tornam possível a ocorrência de certos enunciados, e não outros, em determinados tempos, lugares e localizações institucionais. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 64)

Essas regras de formação são apontadas de forma mais aprofundada quando Foucault (2009) fala sobre os ‘interditos’ do discurso, mencionados anteriormente. Este é o ponto mais importante da análise do filósofo que o presente trabalho visa refletir. Quais os interditos presentes no discurso de Francisca? De onde vinham seus silenciamentos? Quais eram as condições dadas às mulheres para a publicação de seus escritos? Aliás, quais eram as condições dadas para que elas escrevessem?

Pensando em uma abordagem que traga os pontos de vista das duas fases dos estudos de Foucault (Arqueologia e Genealogia), abordaremos as noções de uma “Arqueogenealogia” do discurso, visto que toda a sua obra se complementa. Entende-se o discurso, dessa forma, não apenas como constituinte dos sujeitos que existem num conjunto de regras de formação e de exclusão e estabelecem aquilo que pode ser dito, por quem e em que ocasião. Tudo isso está, também, submetido a determinados dispositivos estratégicos dos sistemas de poder que são responsáveis pela formulação dessas regras.

A questão do sujeito é o que dá organicidade à sua obra. Foucault tenta compreender como o indivíduo foi construído historicamente por meio do discurso, visto que, em seu entendimento, ele não possui essência, posto que sua subjetividade é construída pelo discurso. O discurso posiciona e constitui o sujeito – tanto aquele que produz como aqueles para quem são direcionados - e os seus conceitos estão em constante transformação de acordo com o tempo e o espaço.

Num primeiro momento de seus estudos, Foucault (2009) busca entender como os saberes produzem as representações sobre o sujeito, como o sujeito é objetivado no campo dos estudos. Com o surgimento da noção das instituições, nascem as discussões a respeito do discurso atrelado ao poder. Os discursos, ainda entendidos como constituidores dos sujeitos, são provenientes das regras de formação dadas pelas instituições de poder. No caso do discurso do jornal *O Sexo Feminino*, por exemplo, observamos de maneira clara, na fala de Francisca, um assujeitamento da autora ao discurso da Igreja, por exemplo, com o enaltecimento dos valores cristãos e o direcionamento de sua fala a mulheres casadas e mães de família.

Norman Fairclough (2001), um dos fundadores da análise crítica do discurso, sobretudo sobre as relações de poder sobre os textos midiáticos, faz um estudo complementar aos estudos de Michel Foucault por meio de uma análise de discurso textualmente orientada. No início de sua discussão, ele propõe que o discurso não é uma atividade individual e, sim, uma prática social. O discurso é um modo de ação e, aqui, podemos compará-lo à noção de acontecimento tratada por Foucault. É uma forma que as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros e, também, um modo de representação (importante para o entendimento do que veremos a seguir na análise da representação da mulher no semanário).

Para além disso, o autor afirma que o discurso possui uma relação dialética com a estrutura social. Mas ao mesmo tempo que ambos se constituem e conversam entre si, o discurso é constantemente moldado e restringido por essa estrutura social, seja pelas relações de classe, pelas relações institucionais ou por regras, como Foucault também menciona.

Dessa forma, é possível acrescentar à análise Foucaultiana de que o discurso não é apenas constitutivo, mas socialmente constitutivo. Ou seja, ao mesmo tempo que ele contribui para a formação de todas as dimensões sociais, estas, “direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Fairclough (2001), então, contribui para uma noção da influência das estruturas sociais sobre o discurso e menciona três aspectos dos efeitos construtivos do discurso, que são: o discurso contribui para a construção de “identidades sociais” e “posições dos sujeitos”; o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas, ou seja, ele trabalha no âmbito da interação e, por fim, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento. Neste sentido, a prática discursiva contribui para reproduzir e transformar a sociedade.

A perspectiva dialética considera a prática e o evento contraditórios e em luta, com uma relação complexa e variável com as estruturas, as quais manifestam apenas uma fixidez temporária, parcial e contraditória. A prática social tem várias orientações – econômica, política, cultural, ideológica -, e o discurso pode estar implicado em todas elas, sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações do discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94)

Norman Fairclough (2001) divide a análise crítica do discurso em três dimensões: a prática social, a prática discursiva e o texto. A primeira delas é a mais abrangente e diz respeito às estruturas sociais que influenciam na produção de formações discursivas (como as estruturas políticas, econômicas e ideológicas, por exemplo). A prática social e o texto são duas dimensões medidas pela prática discursiva, que é uma forma particular da prática social. Para o autor, a produção de todas essas três dimensões são de natureza sociocognitiva, pois envolvem processos de produção e, também, de interpretação baseados nas subjetividades dos indivíduos e nos aspectos sociais que foram, ou não, interiorizados por ele. Dessa forma, sua preocupação é entender como o texto (a menor das dimensões mencionadas) é produzido, distribuído e consumido em relação às práticas discursivas e sociais a que está submetido. Em síntese: “Ao produzirem seu mundo, as práticas dos membros são moldadas, de forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza a prática social em que estão envolvidos, cujos marcos delimitadores vão sempre além da produção de sentidos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 100).

Os discursos são, portanto, socialmente constitutivos. São uma prática que permite a ação do sujeito sobre o mundo e sobre outros indivíduos (importante pensar isso na análise do jornal *O Sexo Feminino* e como ele influenciou na ascensão dos discursos progressistas em favor dos direitos da mulher e na percepção das próprias leitoras sobre a sua condição). Os discursos também são objetos de desejo e de poder (Francisca Diniz deseja utilizar o discurso como uma forma de poder transformador da sociedade, através da aceitação de suas ideias e da implementação da educação da mulher, a humanidade se regeneraria), produzidos por meio da influência de estruturas sociais exteriores e fundantes das práticas sociais que produzem as

práticas discursivas e os textos. E, além disso, a prática discursiva é dotada de limitações externas e internas ao sujeito.

Cientes dessa ação do discurso sobre os sujeitos e sobre o mundo, podemos pensar duas questões como consequência do discurso – a imprensa como agente de representação dos sujeitos e a imprensa como agente da memória coletiva.

Denise Jodelet (2009) traz contribuições importantes para entendermos o conceito de representação social, ao afirmar que o sujeito é formado e, ao mesmo tempo, formador das representações por meio de sua relação com o outro. Neste sentido, a autora reflete a influência das interações sobre a própria subjetividade do indivíduo, ao afirmar que não existe um sujeito descarnado de si próprio e, ao mesmo tempo, ele também não é isolado da partilha social. Dessa forma, há uma relação entre três esferas que constituem as representações sociais: a subjetividade, a intersubjetividade e a transsubjetividade.

A subjetividade nos leva a considerar que os processos interacionais não excluem a possibilidade das representações e interpretações pessoais do sujeito e como ele se apropria de determinado sentido, visto que é ele mesmo, o sujeito, que vivencia as relações. A intersubjetividade diz respeito a elaboração de representações a partir da interação entre os sujeitos. E, por fim, a transsubjetividade atravessa as duas últimas esferas, no sentido de que ela considera tanto o nível subjetivo como o intersubjetivo, entendendo que as representações são constituídas tanto pelos indivíduos e grupos como pelas interações e produções discursivas.

Além disso, a representação não é apenas um somatório do imaginário social, mas uma articulação com as ações do sujeito (o sujeito é quem as produz). E, por isso, ela é aquilo que nos orienta socialmente e só faz sentido numa lógica interacional.

Neste sentido, entendemos que *O Sexo Feminino* trazia uma representação sobre o entendimento do papel da mulher na sociedade oitocentista. Ao mesmo tempo em que essa concepção sobre a mulher estava vinculada ao contexto histórico e às interações e experiências vividas por aquelas que produziam o discurso do jornal, havia, dentro desse entendimento reverberado, uma ruptura. Esta ruptura, de âmbito subjetivo, foi capaz de promover mudanças significativas no imaginário da representação da mulher, através da imprensa.

A imprensa era, geralmente, responsável por propagar o que Michael Pollak (1992) chama de “memória coletiva” a respeito da identidade da mulher. A representação desenvolvida nos jornais, com temáticas voltadas para a moda, literatura, beleza e entretenimento estavam ali com o intuito de reforçar o papel da mulher doméstica, mãe de família, submissa e responsável excepcionalmente pelos cuidados com a casa.



A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (POLLAK, 1992, p. 200-201)

Pollak (1992) afirma, além disso, que se destacarmos as características mutáveis da memória, devemos reconhecer, também, que na maioria das memórias existem pontos invariáveis. “É como se, numa história de vida individual - mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente - houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças” (POLLAK, 1992, p. 200 - 2012)

E, à medida que percorremos a história das mulheres por meio da imprensa brasileira, é possível reconhecer a força das estruturas limitadoras: Igreja, Estado, família e escola. A família, por exemplo, sempre firmada em um modelo patriarcal que seguia fielmente os dogmas da Igreja Católica, era o primeiro e principal limitador da mulher. Característica, esta, geral, que prevaleceu nos ideais e no cotidiano do nosso país, ou seja, a grande maioria das mulheres vivia “condenada” a uma memória coletiva, fenômeno construído socialmente, de que ela era inferior, sem direitos sociais e dependente do marido.

Como toda memória é construção — pressupõe uma operação seletiva do que deve ser lembrado e do que pode ser esquecido —, o que apresentamos aqui como imagens da mulher no final do século XIX no Brasil se vincula a um viés, a uma escolha. Não exclui outros olhares nem outras histórias. Nem mesmo as de donzela s suspirantes, mães canônicas, amas-de-leite dedicadas e mundanas de bom coração. Fiquemos, pois, atentos, ao ecoar de outras vozes... (TADDEI, TURACK, FERREIRA, 2007, p. 323)

Ao longo dos anos, no entanto, algumas famílias e mulheres na história não se submetiam a esse modelo limitador. A imprensa feminina surge, inicialmente, como forma de corroborar o discurso dominante, visto que era produzida por homens. No entanto, a partir de 1852, ela passa por uma transformação e as mulheres, público alvo desses jornais, passam a ser também a vez e a voz, como em *O Sexo Feminino*. Dessa forma, a linha de discurso dos periódicos com marcas progressistas ia de encontro com a memória coletiva acerca da vida da mulher. Buscavam, justamente, o contrário. Convencer a própria mulher, através de uma “fala amiga” e, também, os homens, de que o sexo feminino não foi feito para ser frágil e escravo do sexo masculino.

Uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto. Quando falamos dos periódicos do século XIX, há que se destacar, pois essas grandes linhas de luta. (MUZART, 2003, p. 226)

A memória coletiva, assim como as representações sociais, é reproduzida inconscientemente pela sociedade através dos discursos, que são constantemente influenciados e reforçados por suas estruturas formadoras. Como mencionado anteriormente, as instituições são responsáveis por engendrar os discursos que estarão na memória coletiva. Dessa forma, a sociedade oitocentista, altamente influenciada pelo patriarcalismo e pelos dogmas religiosos, possuía um discurso predominantemente de exclusão da mulher do espaço social, de opressão dos desejos e vontades femininos e de subordinação do “sexo frágil”. Além disso, as mulheres, inseridas nessa sociedade, eram consideradas suas próprias inimigas, responsáveis por reproduzir o discurso dominante. Em que lugar, de que maneira e sobre o que ela poderia falar? Muitas eram as esferas limitadoras do discurso feminino.

Por isso, acreditando que o discurso do jornal *O Sexo Feminino* é capaz de romper com esse entendimento social do papel da mulher ao trazê-las a uma posição de igualdade e certas vezes, até mesmo, de superioridade em relação ao homem, a análise produzida propõe uma reflexão sobre a importância desse periódico como forma de suscitar as primeiras discussões do que conhecemos hoje como feministas no país.

### **CAPÍTULO 3. O SEXO FEMININO E O PROGRESSISMO OITOCENTISTA**

Diante das discussões sobre o papel da mulher na sociedade oitocentista, a imprensa feminina de época e a própria imprensa como forma de representação social e da memória coletiva, o trabalho traz, neste capítulo, uma análise mais aprofundada sobre o periódico *O Sexo Feminino*. Foi desenvolvida uma Análise de Conteúdo do jornal a partir de pressupostos da Análise de Discurso, empregando reflexões de autores como Foucault (2009) e Fairclough (2001). Partindo desses pressupostos, foram selecionadas quatro temáticas sobre as quais é produzida a análise do que é discutido no periódico.

Dessa forma, a análise aplicada às categorias *Educação, Casamento, Religião e Patriotismo* foi empreendida com o propósito de entender, dentro desses assuntos específicos do jornal, como as mulheres eram representadas, o que estava evidente no discurso do semanário e quais eram os silenciamentos (externos e internos) de Francisca Diniz e suas colaboradoras. A finalidade é que o trabalho apresente, por meio dos pressupostos da análise de discurso e, a partir da análise dos conteúdos abordados em *O Sexo Feminino*, como era a vida e as tramas vividas pelas mulheres oitocentistas.

#### **3.1 Procedimentos metodológicos: análise de conteúdo e análise de discurso**

Este capítulo apresenta uma análise da representação da mulher no periódico *O Sexo Feminino*. O objeto de estudo definido é o discurso presente no semanário, veiculado entre os anos de 1873 e 1889. Para isso, foi necessário conhecer um pouco mais sobre a vida da mulher oitocentista e sobre o contexto que envolvia a sociedade do período, tentando sempre deslocar o olhar da pesquisa para esse século e entender, principalmente, todas as questões vividas pela mulher da época.

Foram encontradas 76 edições disponíveis do objeto de estudo a ser analisado na [Hemeroteca Digital Brasileira](#), dos anos de 1873, 1874, 1875 e 1889 (data que marca o fim de sua publicação). A delimitação do objeto se deu por meio de uma análise panorâmica de todas as edições e a percepção de que o discurso da autora se concentrava na primeira sessão do jornal, intitulada justamente de “O Sexo Feminino” que funcionava como uma espécie de editorial. Por isso, a análise se baseia no trabalho sobre cinco edições de cada ano disponível, totalizando 20 das 76 edições encontradas.

Para esta etapa de catalogação e análise quantitativa, foi aplicada a análise de conteúdo - responsável por auxiliar a organização da pesquisa desde o começo, teve grande contribuição

para a definição do foco de pesquisa, que compreende o entendimento sobre como se dá a representação da mulher no jornal. Definida a angulação temática, outros aspectos como os objetos de estudo e sua definição, de onde seria retirada a amostra e em que contexto está o objeto, quais as delimitações dos estudos e qual o alvo das inferências foram determinados (HESCOVITZ, 2010).

Somente através desses esforços iniciais de análise de conteúdo do jornal seria possível entender sobre quem produz e quem recebe os discursos e rastrear um pouco do que se passava na sociedade oitocentista, quais eram as principais questões apontadas pela autora, como ela se dirigia para as (os) leitoras (es) e quais os elementos de poder, como visto sobre o discurso em Foucault, que estavam presentes no discurso e nos interditos dos enunciados de Francisca Diniz. A análise de conteúdo, dessa forma, ajuda-nos a entender um pouco mais sobre quem produz e quem recebe a notícia e determinar as características culturais implícitas no discurso.

Neste sentido, o trabalho apresenta uma análise quantitativa e qualitativa de percepções sobre os principais conteúdos abordados pelo jornal. Ou seja, foi realizada uma categorização das questões entendidas como mais relevantes a serem explanadas e um entendimento dos sentidos que elas produziam na época. São elas: *Educação*, que era o foco central da produção de Francisca Diniz, o objetivo principal do periódico – a instrução do sexo feminino; *Religião*, visto que seu discurso se dá sobre grande influência do catolicismo e muito do que pode ser considerado progressista em seu discurso acaba sendo “freado” por suas crenças conservadoras; *Casamento*, que apesar de ser um dogma religioso, é frequentemente criticado pela autora, caracterizado, até mesmo, como forma de escravização da mulher; e, por fim, *Patriotismo*, muito valorizado no jornal, visto que todo o seu discurso se baseia em torno do desejo de progresso da nação.

A quantificação dessas categorias foi reunida na tabela abaixo, que diz respeito a todas as vezes em que cada uma das edições analisadas abordou diretamente as temáticas propostas. A análise das edições de cada ano foi estruturada justamente pelas temáticas, compreendendo que todo o jornal é trabalhado em cima de um discurso que promove o entendimento da autora e de suas colaboradoras sobre estas questões específicas. Todas as edições carregam um discurso direto envolvendo uma dessas inquietações propostas para análise e, além disso, os quatro assuntos se associam em algum aspecto entre eles mesmos e o contexto social em que o jornal foi publicado.

**Tabela 1: quantificação da abordagem das temáticas em cada edição analisada**

	<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>CASAMENTO</b>	<b>RELIGIÃO</b>	<b>PATRIOTISMO</b>
<b>Edição 1 (1873)</b>	4		2	1
<b>Edição 2 (1873)</b>	5	1	2	
<b>Edição 7 (1873)</b>	3	1	1	1
<b>Edição 9 (1873)</b>	3	1	3	1
<b>Edição 10 (1873)</b>	3	1	1	
<b>Edição 17 (1874)</b>	2		1	
<b>Edição 26 (1874)</b>	4	1	2	1
<b>Edição 29 (1874)</b>	2	1	3	
<b>Edição 33 (1874)</b>	1	1	1	1
<b>Edição 41 (1874)</b>	2	1	3	
<b>Edição 52 (1875)</b>	1	2	1	1
<b>Edição 56 (1875)</b>	3	2		1
<b>Edição 61 (1875)</b>	3	1	2	1
<b>Edição 66 (1875)</b>	2	1		1
<b>Edição 67 (1875)</b>	1	1		
<b>Edição 68 (1889)</b>	2	1	2	
<b>Edição 69 (1889)</b>	1	3	1	
<b>Edição 70 (1889)</b>	3	1	1	
<b>Edição 71 (1889)</b>	2	1	2	
<b>Edição 75 (1889)</b>	2	1	2	
<b>TOTAL:</b>	<b>49</b>	<b>22</b>	<b>30</b>	<b>9</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise de conteúdo produzida, por fim, será a base para o entendimento do discurso produzido pelo jornal. Portanto, faz-se necessário conhecer, inicialmente, a lógica do padrão e dos conteúdos abordado, pois são elementos que contribuem para o entendimento das pretensões da autora e podem nos trazer respostas sobre algumas das questões apontadas no capítulo anterior em relação ao papel da imprensa. Dessa forma, tentaremos responder questões relacionadas à estrutura do jornal, como, por exemplo: quantas páginas tem em cada edição? Quais são as editorias e principais temáticas? Como o jornal está disposto? Em qual dessas editorias, por exemplo, a autora se dedica mais?

Algumas dessas questões já foram elucidadas no decorrer dos primeiros contatos com o jornal. Todas as edições possuem quatro páginas, compostas pelas seguintes editorias: O Sexo Feminino, Colaboração, Literatura ou Poesia, Noticiário e/ou Avisos. Nas páginas a seguir

foram incluídas fotos da primeira edição do jornal para o conhecimento de seu produto “físico”. Ao longo de sua veiculação algumas edições trazem, também, a editoria Variedade que abrange alguns desafios solucionados por Francisca e suas colaboradoras, além de charadas e outras atividades que propõem uma interação com o leitor e visam reforçar a capacidade intelectual das mulheres num contexto em que elas se veem completamente alheias ao sistema educacional - esta, inclusive, é a principal discussão do periódico.

Em seguida, o trabalho se propõe a uma análise mais aprofundada do próprio discurso empregado no jornal por Francisca e suas respectivas colaboradoras, a fim de contribuir para os estudos sobre imprensa feminina de época e, principalmente, para entender qual era o lugar da mulher oitocentista. É possível perceber, já nas primeiras edições do jornal, que *O Sexo Feminino* foi um marco na imprensa feminina brasileira e contribuiu, através de seu conteúdo progressista, de forma significativa para o avanço dos primeiros movimentos feministas no país. Francisca tinha pleno conhecimento de que o uso da mídia impressa era de extrema importância para a difusão de suas ideias.

O periódico apresentava um direcionamento bem definido às mães de família, visto que, a principal reivindicação da autora era que as mulheres fossem instruídas, preferencialmente para educar os seus filhos, pois somente por meio da instrução materna, a sociedade teria uma educação moral e religiosa adequada para o progresso. Francisca entende que as mulheres possuem capacidade intelectual igual à dos homens e deveriam ter as mesmas oportunidades de acesso à educação, pois seriam capazes de ocupar cargos ainda maiores. Ela incentiva a pesquisa, discute gramática, soluciona desafios matemáticos e interage com as “patricias”, suas leitoras, encorajando-as a busca pela luz do conhecimento. Essa é a principal bandeira levantada pelo jornal – a plena instrução e emancipação do “belo sexo”.

### **Figuras 1 e 2: Primeira edição do periódico O Sexo Feminino**



# O SEXO FEMININO

SEMANARIO DEDICADO AOS INTERESSES DA MULHER.

Assignaturas.  
Por anno . . . . . \$1000  
Por semestre . . . . . \$5000  
Publica-se 1 vez por semana.

É pelo interesse da mulher que a natureza recorre no coração do homem.  
(ANNY MARTIN.)

Observação.  
Toda correspondência será dirigida a D. Francisca Suzanna de Motta Diniz.

PROPRIETARIA E REDACTORA—D. FRANCISCA S. DA M. DINIZ.—COLLABORADORAS, DIVERSAS.

## O Sexo Feminino.

### A educação da mulher.

Zombem muito embora os pessimistas do apparecimento de um novo orgão na imprensa—O Sexo Feminino; tapem os olhos os indifferentes para não verem a luz do progresso, que, qual pedra desprendida do rochedo alemtido, rola violentamente sem poder ser impedida em seu curso; não os curiosos seu riso sardónico de reprovação à idea que ora surge brilhante no horizonte da cidade da Campanha; e gozem bem em mal o nascimento, vida e morte do Sexo Feminino; persigão os retrogrados com seus dilerios de chula e mota nossas conferências, chamando-as de *uopistas*: O Sexo Feminino apparece, hade lutar, e lutar até morrer! morrêr talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido.

O século XIX, século das luzes, não se lindará sem que os homens se convenção de que mais de metade dos males que os opprimem é devida ao descuido, que elles tem tido da educação das mulheres, e ao falso supposto do pensarem que a mulher não passa de um *trade de casa*, grosseiro e brusco gracoço que inutilmente alguns indivíduos menos des-

licados ouão alicar a face da mulher, e o que é mais as vezes, em plena sociedade familiar!!!

Em vez de paes de familia mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cosinhar, varrer a casa etc., etc., mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, grammatica da lingua nacional *perfeitamente*, e depois, *economia e medicina domestica, a puericultura, a litteratura* (ao menos a nacional e portugueza), a *philosophia, a historia, a geographia, a physica, a chimica, a historia natural, para coroar esses estudos a instrucção moral e religiosa; que estas meninas assim educadas não dirão quando moças estas tristes palavras:*

« Si meu pai, minha mãe, meu irmão, meu marido morrerem o que será de mim!!! »

Não sirva de cuidado aos paes que suas filhas, assim educadas e instruidas, não sabem coser, lavar, engomar, cortar uma camisa, etc. etc.

A riqueza intellectual produzirá o dinheiro, e com este se satisfarão as necessidades.

O dinheiro, Deus o dá e o diabo pode tirar; mas a sabedoria que Deus dá—o diabo não a roubará.

## O dia sete de Setembro.

Só quem não for brasileiro, ou sendo-o tiver um coração de bronze não sentirá palpitar-lhe o peito ao ouvir ecoar por entre a multidão compacta o nosso tocante e arrebatador hymno nacional da Independencia. E porque este dia, quando não estivera escripto nos fastos de nossa historia patria, e attestado por um monumento erguido em praça publica, está e estará gravado no coração de todo o brasileiro.

E possível que desaproveça da historia a noticia escripta desse dia, é possível que a mão do inimigo, ou a acção do tempo possa destruir monumentos commemorativos de um facto nacional tão importante; porém ha um lugar sagrado isento destas acções—é o coração do brasileiro; é ahí que está depositado o thesouro noticiador de nossa independencia occorrida no dia 7 de Setembro de 1822, nas margens do Ipiranga, circunvizinhança da cidade de S. Paulo. Emudecem neste dia os rancores politicos—esquecem-se as intinzições, u-nem-se os desaffectos, abraço-se os amigos, para todos a uma só voz grial:

« Somos brasileiros, e pois,  
Viva a nossa independencia!  
Viva o dia 7 de Setembro de 1822!  
Gloria immorredora a D. Pedro!! »

Feliz coincidência! Ha 51 annos que se quebrarão os ferros de nossa escravidão ao jugo colonial, que se libertou o brasileiro do despotismo de um homem que d'alem do Atlantico, nos impunha sua vontade de ferro; ha 51 annos em fim que souo o grito de da nossa independencia.

Pois bem, este dia marcará tambem em nossa historia patria uma época não menos memoravel—a independencia da

mulher, cujo echo se faz ouvir na imprensa por um orgão—O Sexo Feminino.

E pois,  
Viva a independencia do nosso sexo!  
Viva a instrucção da mulher!  
Vivão as jovens campanhenses!

## Collaboração.

### Escola normal da cidade da Campanha.

Grças à assembléa provincial, e nos esforços de um benemerito campanhense, digno membro dessa corporação, tem esta cidade o indizível praser de ser a sede de uma *escola normal*; e as jovens campanhenses, concorrendo à matrícula, dão esperanças de imprimirem no ensino publico o *custo da uniformidade e praticabilidade* dos methodos applicaveis à transmissáo da *instrucção primaria elemental*. Teremos professoras—modelos, verdadeiras garantias do futuro glorioso da juventude confiada ás suas luzes pedagogicas, á sua instrucção, moralidade e educação. Quem mal aprende, ensina peior; quem bem aprende, melhora ensina.

A Campanha tem de gravar em letras de ouro nas paginas de sua historia o dia 7 de Janeiro de 1873, dia memoravel que veio proporcionar ás jovens campanhenses o importante e feliz enjoo de se instruirem, ornando os seus nomes com o honroso qualificativo de *normalistas*.

E para todo o tempo constar, aqui vão inseridos os nomes das jovens mineiras *normalistas e oventes* que frequentão o 1º anno da escola normal, cujo curso biennal assim se compõe:

1º anno.  
Exercicios diarios de calligraphia na escola pratica:

- 1ª cadeira: grammatica da lingua portugueza, exercicio de leitura de classicos em prosa e verso—exercicios de redacção—leitura reflectida da constituição politica do Imperio.
- 2ª " Arithmetica—systema metrico—noções elementares de geometria plana.
- Tres lições, por semana, de desenho linear.
- 3º anno.
- 1ª cadeira. Instrucção moral e religiosa, pedagogia e legislação do ensino.
- 2ª " Noções geraes de geographia, geographia e historia do Brasil, principalmente da provincia de Minas Geraes.
- Tres lições de musica, por semana.
- Normalistas.
- 1 D. Jesuina Carolina de Salles.
- 2 D. Anna Faustina Ferr. Rodriguez.
- 3 D. Victalina Placido de Jesus.
- 4 D. Anna Candida de S. José.
- 5 D. Anna Leonilda de Rezende.
- 6 D. Margarida Xavier Lisboa.
- 7 D. Senhorinha Cand. de M. Ferrão.
- 8 D. Maria Delfina Ferrão.
- 9 D. Henriqueta Xavier Lisboa.
- 10 D. Maria Candida Rodrigues.
- 11 D. Rosalina Amelia de Castro.
- 12 D. Mathilde Xavier Marianno.
- 13 D. Anna Augusta Lopes de Araujo.
- 14 D. Maria das Dores.
- 15 D. Doelinda Florentina de Noronha.
- 16 D. Amelia Augusta Diniz.

- 20 D. Maria do Carmo Alvarenga.
- 21 D. Maria Caetano de Paiva.
- 22 D. Maria Henriqueta.
- 23 D. Francisca de Paula Rezende.
- 24 D. Anna Candida Ribeiro.
- 25 D. Maria Candida Cardoso.
- 26 D. Albertina Augusta Diniz.
- 27 D. Rita Eduarda Monteiro.
- 28 D. Sabina Adelaide Gomes.

Estão funcionando com muita regularidade e aproveitamento as aulas do 1º anno, cujas cadeiras tem por lentes o Dr. Joaquim Leonel de Rezende Alvim, e Antonio José Rodrigues de Moraes, que se esforço para transmitir suas luminosas preleções.

No proximo 1874 funcionará o 2º anno da escola normal, cabendo a regencia da 1ª cadeira ao professor nomeado e presente o Sr. José Joaquim da Silva Diniz.

Assim como uma faísca de fogo pôde causar um grande incendio, assim tambem a escola normal preparando professores pôde ser o indício precursor de que se approxima a epoca da regeneração da mulher.

E então que se realizará o mais bello, e o mais grandioso e o mais assustador problema social:

« Educação pela mãe—na familia,  
« Instrucção pelo mestre—no collegio.»

## Litteratura.

Canta-se nesta cidade uma moda—Branca rosa.—A musica é original, simples e expressiva, mas as palavras, os versos não condizem com a belleza da musica. Ordinariamente nossas cançõnetas são versos sem ligação e differença dos romances francezes que contém sempre um pensamento. Os versos da modinha—Branca rosa—são tão ruins,

tão desparatados, que nos amamos a oferecer aos leitores e leitoras amantes da musica os que se seguem, que só tem dos outros o primeiro verso:—Branca rosa abre teu seio.

Por piores que estes sejam é impossível que o seio tanto como os primeiros:

Branca rosa abre teu seio  
Exalla o perfume teu  
Nelle recebe o suspiro  
Que sabo deste peito meu.

Tu és branca e eu te amo  
Aprasa-me tua alva côr,  
Que exprime o paz que não tenho.  
Branca rosa, minha flor.

Oh! quanto eu antes quizera  
Que fosse roxa tua côr.  
Serias ó minha rosa  
O symbolo da minha dôr,  
Branca rosa, etc.

Se fosses roxa encarnada  
Symbolo de minha paixão  
Serias a chama ardente  
Que abrasa-me o coração.  
Branca rosa, etc.

Ó verde de tuas folhas  
Não exprime o luto meu.  
Verde é a cor da esperanza  
Que para mim já morreu.

Branca rosa abre teu seio.  
Exalla o perfume teu  
Nelle recebe o suspiro  
Que sabedeste peito meu.

FANNY

Religiao.  
O que é religião? Uma philosophia sublime que demonstra a ordem, a unidade da natureza, e explica o enigma do coração humano; o mais poderoso motivo para levar o homem ao bem, pois que a fé o põe sem cessar debaixo da

vista da Divindade, e que opera sobre a vontade com tanto imperio como sobre o pensamento; um supplemento da consciencia, que mauda, consolida e aperfeicão todas as virtudes, estabelece nossos productos de beneficencia sobre nossos legos da humanidade; nos mostra nos pobres erodores, juizes irmaos em nossos inimigos, no Ser Supremo um pae; é a religião do coração, a virtude em pratica, o mais bello de todos os codigos de moral, e cujos preceitos são outros tantos beneficios do céo.

(Traduzido do francez), por ALBERTINA DINIZ.

Campanha, 5 de Setembro 1873.

## Noticiario.

PROFESSORA INTERINA.—No dia 3 do corrente perante o inspector supplente do 18º circulo litterario, sendo examinadores os professores da escola normal os Srs. Dr. Leonel, Moraes e Diniz, foi examinada e approvada plenamente D. Maria Amelia de Noronha para reger interinamente a escola publica de meninas da frequencia do Carmo. O dito inspector, na forma da lei, fez immediatamente a nomeação da approvada, que irá em seguida abrir a dita escola. Felicitamos aos habitantes do Carmo pela aquisição de uma tal professora, moça educada em seus principios religiosos, e sufficientemente habilitada para transmitir a instrucção elemental.

## Aviso.

Roga-se ás pessoas a quem mandamos o primeiro numero do Sexo Feminino que, no caso de não lhes convir assignar nossa folha, devolvão-na ao escriptorio da redacção.

### 3.2 A representação da mulher em *O Sexo Feminino*

*O Sexo Feminino* é o primeiro periódico que promove a discussão a respeito dos direitos da mulher no Brasil. Com pautas sobre educação e instrução do sexo feminino, a emancipação da mulher é vista como solução para a regeneração da sociedade. Francisca Diniz não está sozinha nesta luta. Ela e suas colaboradoras utilizam o jornal como meio de discussão de suas ideias; incentivo ao acesso ao ensino e ao mercado de trabalho; incentivo à leitura, com publicação de poesias e versos em praticamente todas as edições; desafios, ao enviar desafios e charadas aos alunos e alunas da Escola Normal de Campanha; entretenimento, com a sessão de charadas, etc. Por isso, o jornal é apresentado pela autora como “o semanário dedicado aos interesses da mulher” e pode ser considerado como um despertar das discussões sobre o feminismo no Brasil.

Com público alvo bem definido pelo jornal: as mães de família, Francisca acreditava que a instrução da mulher iria muito além de um benefício próprio. Somente se as mulheres tivessem acesso à educação elas seriam capazes de instruir seus filhos de acordo com a moral e a religião cristã e, assim, a sociedade seguiria os trilhos da igualdade e fraternidade pregada no Século das Luzes.

A educação é um adorno desde os mais ricos palácios até a mais humilde choupana de um paupérrimo camponês. Mães de famílias, acordai desse vosso sono prejudicial - reservai alguns momentos para lerdos, para vos instruídes a fim de que compreendendo o que é educação, possais dá-la a vossos filhos, que por seu turno a transmitirão aos seus descendentes (O SEXO FEMININO, 04 de Outubro de 1873, edição 05, p. 2)

A escolha sobre as temáticas Educação, Religião, Casamento e Patriotismo se deu pela percepção de que Francisca e suas colaboradoras estão a todo momento abordando uma dessas pautas. Na sessão “O Sexo Feminino”, por exemplo, o periódico costuma ser iniciado com uma espécie de artigo de opinião, onde Francisca Diniz introduz praticamente todo o conteúdo autoral da edição. Neste espaço, a redatora traz discussões principalmente sobre a instrução do sexo feminino como forma de regeneração da sociedade, visto que ela acredita que a mulher é o ser mais apto a garantir uma educação física, moral e intelectual a seus filhos.

O jornal apresenta um discurso iluminista e afirma que o século XIX não pode deixar de voltar os seus olhos para a vida da mulher que foi, há anos, escravizada pela ignorância masculina. De acordo com o periódico, a educação é essencial para que a sociedade presencie o fim do obscurantismo e para a liberdade do sexo feminino que se via preso nas amarras da ignorância e da submissão ao homem.



Esta temática esbarra em todas as outras escolhidas para o estudo do discurso de *O Sexo Feminino*. Para o jornal, o casamento, apesar de ser uma escolha religiosa importante, nada mais é do que uma forma de fazer fortuna para o marido e de aprisionamento e escravização da mulher, que passa a ser considerada um simples móvel da casa. A educação seria o meio de emancipação da mulher, que poderia acompanhar a administração das finanças da casa e a vida pública do marido.

O patriotismo é revelado em seu discurso sobre a emancipação e regeneração do sexo feminino. Ela acredita que a mulher é capaz de transformar a sociedade por meio da educação moral de seus filhos e seu discurso objetiva o benefício comum da nação. Assim como o patriotismo, a religião está inserida em seu discurso de forma a complementar ou justificar a luta pela educação feminina. Francisca utiliza exemplos bíblicos para convencer as leitoras de que a mulher é igual (ou superior) ao homem e cita versos da Bíblia e Deus em diversos momentos de seus textos.

De acordo com os entendimentos listados acima, a análise a seguir é composta de uma discussão mais aprofundada sobre as questões apresentadas pelo jornal, com diversos exemplos de como as quatro temáticas envolviam o discurso da autora e influenciavam a vida da sociedade oitocentista. A partir desses exemplos, perceberemos também quais eram os interditos do jornal. Sobre o que *O Sexo Feminino* deixava de falar devido ao contexto e à situação pela qual estava inserida a mulher na sociedade? Depois de compreendermos que as mulheres, eram impossibilitadas, na maioria das vezes, de participar da vida pública, entendemos que a postura de Francisca Diniz ao produzir e comandar um jornal com a ajuda de outras mulheres era revolucionária. No entanto, é possível perceber, também, que ela não poderia utilizar o veículo para expressar tudo o que desejava.

### **3.2.1. Educação**

Logo na primeira edição publicada, o periódico já apresenta a que veio. Composto por uma introdução assinada por Francisca Diniz, que aparenta estar bastante entusiasmada, o texto fala sobre a força com que surge *O Sexo Feminino* e dirige-se aos “retrógrados”, “curiosos” e “indiferentes” que não acreditam e até riem da luta defendida pelas mulheres, afirmando que elas hão de lutar e que o periódico resistirá.

Zombem muito embora os pessimistas do aparecimento de um novo órgão na imprensa – O Sexo Feminino; tampem os olhos os indiferentes para não verem a luz do progresso, que, qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, rola violentamente

sem poder ser impedida em seu curso; rião os curiosos seu riso sardônico de reprovação a ideia que ora surge brilhante no horizonte da cidade da Campanha; agourem bem ou mal o nascimento, vida e morte do Sexo Feminino; persigão os retrógrados com seus ditérios de chufa e mofa nossas conterrâneas, chamando-as de utopistas: O Sexo Feminino aparece, hade lutar, e lutar até morrer; morrerá talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido. (O SEXO FEMININO, 07 de setembro de 1873, ed. 01, p. 01)

Influenciado pelo pensamento Iluminista, movimento intelectual que surgiu durante o século XVIII na Europa, o jornal afirma que o Século das Luzes, ou seja, o século da razão, não se findará sem que os homens se convençam de que eles mesmos, em sua posição de poder, são de certa forma oprimidos pelos males da sociedade devido ao seu descuido com a educação da mulher, que se vê abandonada como simples móvel doméstico pela própria família. Nesta sentença o periódico aborda, ainda que de forma sutil, a relação do aprisionamento das mulheres dentro de seus lares e que esta posição que ela ocupa só poderia ser mudada por meio da educação. Como muito será falado no periódico, é somente pela educação do sexo feminino que o homem veria a sociedade se reorganizar.

Esta edição do semanário dirige-se aos pais de família e discute sobre a principal reivindicação que será abordada no decorrer das demais edições: a educação da mulher. Francisca Diniz advoga em favor da instrução do sexo feminino e propõe que os pais ofereçam às suas filhas não apenas o ensino das tarefas domésticas, mas uma educação sobre literatura, gramática, aritmética, ensinando-as a ler e a contar para que, distantes da ignorância, as mulheres se tornem independentes e capazes de produzir e suprir as próprias necessidades.

O século XIX, século das luzes, não se findará sem que os homens se convençam de que mais de metade dos males que os oprimem é devida ao descuido, que elles tem tido da educação das mulheres, e ao falso suposto de pensarem que a mulher não passa de um traste de casa, grosseiro e brusco gracejo que infelizmente alguns indivíduos menos delicados ousão atirar a face da mulher, e o que é mais as vezes, em plena sociedade familiar!!!

Em vez de paes de família mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cozinhar, varrer a casa etc., etc., mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, grammatica da língua nacional perfeitamente, e depois, economia e medicina doméstica, a puericultura, a literatura (ao menos a nacional e portuguesa), a philosophia, a historia, a geographia, a phisica, a chimica, a historia natural, para coroar esses estudos a instrução moral e religiosa; que estas meninas assim educadas não dirão quando moças estas tristes palavras: “Si meu pai, minha mãe, meu irmão, meu marido morrerem o que será de mim!!”

Não sirva de cuidado aos paes que suas filhas, assim educadas e instruídas não saibão coser, la var, engomar, cortar uma camisa, etc., etc.

A riqueza intellectual produzirá o dinheiro, e com este se satisfarão as necessidades. O dinheiro, Deos o dá e o diabo pode tirar; mas a sabedoria que Deos dá – o diabo não a roubará (O SEXO FEMININO, 07 de setembro de 1873, ed. 01, p. 01)

Depois da discussão inicial, encontra-se a seção denominada Colaboração, onde o semanário, em diversas edições, geralmente discorre sobre a abertura de escolas normais para meninas, a entrada de mulheres no ensino primário e secundário, notícias de mulheres que formaram em alguma faculdade no Brasil e no mundo, etc. Nesta edição, especificamente, Francisca agradece à cidade de Campanha que, finalmente, criou uma Escola Normal que promoveria o ensino primário às meninas campanhenses. A autora relata todas as disciplinas que serão ofertadas e publica o nome das meninas que formaram a primeira turma. Ela finaliza a comemoração afirmando que “assim como uma faísca de fogo pode causar um grande incêndio, assim também a escola normal preparando professoras pode ser o indício precursor de que se se aproxima a época da regeneração da mulher” (ed. 01, p. 03).

Na segunda edição do *Sexo Feminino*, Francisca Diniz segue apresentando o principal objetivo do jornal – educação e instrução do “belo sexo”. A autora, convicta de suas verdades e da influência da imprensa na sociedade oitocentista ousa, algumas vezes, ainda que de maneira sutil, a “alfinetar” o governo em relação aos direitos (ou, na verdade, a falta) da mulher.

O *Sexo Feminino* ergue-se modesto no vasto mundo da imprensa; está animado de bons desejos para conviver, e corresponder-se com os demais periódicos, com os quaes deseja entreter relações amistosas, máxime com aqueles que não deixão de propugnar pelos interesses da mulher, cujos direitos tem até o presente sido tão descuidadosamente tratados pelo nosso governo, que parece temer alguma revolução resultante da instrução, educação e emancipação da mulher. (O SEXO FEMININO, 14 de setembro de 1873, ed. 02, p. 01)

Vale salientar que em ambas as edições discutidas até aqui e nas demais que seguirão, a autora carrega consigo um discurso de grande influência religiosa. Entende-se que, na sociedade oitocentista, o predomínio da religião católica se estendia por todo o território brasileiro. Ainda não era possível perceber registros oficiais de outras religiões que tivessem grande influência no país como o catolicismo e, por isso, ele esteve presente na socialização, na educação e na cultura de quase todos os brasileiros.

Na primeira edição, por exemplo, o jornal afirma que a mulher deve ser educada para que, caso se veja sem pai, mãe ou marido, tenha condições de suprir as suas próprias necessidades. Visto que, de acordo com a autora, o diabo pode tirar tudo do ser humano, menos a inteligência que Deus dá. Nesta segunda edição, Francisca comenta da importância do ensino dos princípios morais e religiosos para o desenvolvimento social, ideia que será reforçada pelo jornal ao longo de sua existência. A educação, neste sentido, estaria sempre atrelada ao ensino religioso.

O periódico publicado no dia 14 de setembro de 1873, na seção Literatura, trata da diferença entre o que se entende por educação e instrução. De acordo com ele, educação significa a formação moral do homem e tem por objetivo “corrigir os vícios, reformar os hábitos, polir os costumes”. Dessa forma, é da moral religiosa que a educação tira os seus ensinamentos e o jornal reforça que sem o ensino religioso, a educação não teria eficácia.

Além disso, ainda nesta segunda edição, Francisca se dirige diretamente a quem ela define como seu público alvo: as mães de família. Esta é uma marca que encontramos até hoje nas revistas femininas, a relação amigável, o coleguismo e a intimidade com suas leitoras. *O Sexo Feminino*, por ser produzido justamente por uma mulher, professora e mãe de três filhas, não poderia deixar de ter esta marca e de se relacionar diretamente com as suas colegas, visto que ela está perfeitamente no lugar de fala das discussões propostas pelo jornal.

Prepare-se o futuro pela educação e instrução do sexo frágil. Formem-se as mãis de família, que por seu turno vão erguer escolas e colégios, nos campos, nas villas e nas cidades; que ensinem a mocidade de ambos os sexos os são princípios de uma instrução moral e religiosa, e a face da sociedade se há de mudar. Mãis de família assim formadas prepararão a mocidade que futuramente possa omar as diversas carreiras a que pode aspirar um moço e uma moça desde a mais alta escala social até o mais modesto emprego oficial. Só há um meio de regenerar a sociedade, de mudar moralmente a face da terra, de emancipar a mulher, de salvar-lhe um futuro – é pela educação e instrução no collegio, ou no lar domestico por pedagogos da escolha paterna, e isto emquanto não se preparão as mãis de famílias. (O SEXO FEMININO, 14 de setembro de 1873, ed. 02, p. 01)

O jornal solicita que os estudantes da Escola Normal de Campanha enviem desafios a serem publicados, tanto de gramática como de aritmética, a fim de demonstrar a capacidade intelectual das mulheres que comandavam o periódico. Ao longo de sua publicação, o periódico será acompanhado desses diversos desafios, de comentários de outros jornais a respeito – alguns até mesmo divergem dos resultados publicados – e de charadas.

A última seção, Noticiário, presente em praticamente todas as edições, geralmente é dedicada para apresentar novos periódicos que estão sendo produzidos e compartilhados com *O Sexo Feminino*, além de trazer notícias sobre escolas que estão matriculando meninas e efetivando professoras. Ela também faz uma divulgação de mulheres que se formaram em nível superior, com o intuito de incentivar as leitoras e mostrar o quanto o mundo inteiro está evoluindo neste quesito.

O objetivo do periódico está posto. *O Sexo Feminino*, ainda que considerado “utopista” por aqueles que desacreditam da luta travada pela redatora do jornal, resistirá. E, por três anos consecutivos e no ano de 1889 trará em todas as suas edições, ainda que em algumas de forma

mais sucinta, um apelo para que as leitoras busquem a instrução e a independência. A pedagogia é uma área bastante importante para a redatora do jornal. Ela acredita que a educação é necessária para o desenvolvimento de todas as áreas na vida da mulher. Mesmo que a maioria delas, na época, continuassem com a única função de servir ao lar, as mulheres deveriam ser instruídas pelo menos no intuito de educar seus filhos e entender da administração e das finanças da casa.

Derrame-se a instrução pela população deste vasto império de 805 leguas de Norte a Sul e quase que outro tanto de Leste a Oeste; incuta-se no povo o amor à leitura; eduque-se a juventude de ambos os sexos; preparem-se as mulheres para dignas esposas, e ver-se-há a ignorância, o fanatismo e a superstição, estes trez inimigos peiores que a peste, a fome, e a guerra, desaparecerem da face da terra, batidos e combatidos pela sciencia, ficando a humanidade alliviada do peso daquella trindade infemal.

O povo precisa de luz para sondar esses escuros antros da iniquidade, a qual vive especulando com a ignorância. [...] O povo hade viver sempre enganado si não cultivas a leitura; hade ser esmagado por uma mão de ferro, sem saber o como e o porque infligem-lhe uma punição; e bem infeliz é a nação que não estuda os seus negócios pátrios (O SEXO FEMININO, 18 de Outubro de 1873, ed. 07, p. 04).

Na edição de número nove e de número 29, publicadas nos dias 1º de Novembro de 1873 e 18 de Abril de 1874, a redatora reafirma seu objetivo: “mães de família, não tendo este jornal outro fim senão a vossa instrução, vemos-nos obrigadas a repetir dissertações já escriptas” e “só quando todas as mulheres tiverem uma educação completa, serão regenerados os costumes de nossa sociedade”. O periódico defende a instrução da mulher ao acreditar cegamente que a educação moral das crianças deve ser promovida pela mãe, dentro de casa, visto que elas são os seres mais aptos que Deus deu para ensinar seus filhos o que é “correto” e, conseqüentemente, transformar a humanidade. Além disso, o jornal cita em diversas edições, a necessidade de uma tríplice educação: física, moral e intelectual, e só as mães seriam capazes de instruir as próximas gerações neste caminho.

Desengane-se o Governo deste paiz e os homens em geral: só as mulheres podem ser as educadoras da mocidade; só ellas são capazes de regenerar a sociedade que tem de succeder a presente, preparando convenientemente a mocidade, por meio da educação physica ou do corpo, da educação moral ou do coração e da intellectual ou do espírito (O SEXO FEMININO, 10 de outubro de 1875, ed. 56, p. 03)

Essa discussão é retornada na edição de número 17, publicada no dia 07 de janeiro de 1874. O jornal direciona o seu discurso especificamente às mães de família, reforçando a ideia de que elas eram os seres divinos que possuíam o título de educadoras e seriam as únicas capazes de inspirar seus filhos à virtude, penetrando-lhe na alma todos os ensinamentos fundamentais

nos princípios da moral e da religião. Por isso, afirma que não tem a intenção de impor nada às mulheres e sim a sua própria felicidade, informando-as e conduzindo-lhes aos seus próprios direitos que lhes foram ocultados. O periódico acresce a suas leitoras e aos “retrógrados” de que é impossível negar a influência que uma mãe sensível e religiosa tem sobre o caráter de seus filhos.

Uma mãe inspirará somente virtude a seus filhos, não fallará a seu coração inutilmente, mas penetrar-lhes-há n’alma sons sublimes que se erguerão até à Divindade. Assim rodeada, desde o berço, de exemplos de mais tocante piedade, a graciosa criança caminhará na estrada do Senhor, protegida pelas azas de sua mãe; o seu gênio é como o incenso que espalha seu perfume na terra, mas que arde para o céu. [...] Mães! Não se assuste a vossa fraqueza com o grandioso título de educadoras! Não, nós não queremos impor-vos estudos pedantescos, nem deveres austeros; é a felicidade que pretendemos conduzir-vos; são os nossos direitos postergados que desejamos reaver; são as vossas forças e a vossa soberania que invocamos; é enfim, convidando-vos a percorrer a estrada afortunada da virtude e do amor que nos propusemos a pedir que vos instruaes, para que possais educar vossos filhos nos são princípios da moral(O SEXO FEMININO, 07 de Janeiro de 1874, ed. 17, p. 01)

Importante entender que, apesar do incentivo a educação da mulher e do discurso do jornal ter um peso progressista nesse sentido, existe, ainda, um recorte de gênero bem definido que podemos discutir aqui. Para a mulher, ainda que ela conquiste o direito a uma parcela da vida pública, o seu aprendizado continua sendo voltado totalmente aos interesses da família. A mulher segue com o título principal de reprodutora e “rainha do lar”, devendo garantir o cuidado dos filhos e da casa.

Na edição de número 56, por exemplo, publicada no dia 10 de outubro de 1875, há uma contradição nesse sentido. A redação do jornal entende que a educação das meninas seria uma das necessidades mais urgentes no país. No entanto, o periódico tem uma postura conservadora ao afirmar que as meninas devem ser educadas e ensinadas a se considerarem como mulheres desde a infância para que desempenhem, no futuro, a sua missão de esposa e de mãe de família praticando com excelência todas as características de uma mulher: “paciência sofredora e resignada nos trabalhos, a economia do supérfluo, a altivez, a independência e, finalmente, a personalidade moral” (ed. 56, p. 01).

Mas o jornal se contradiz mais uma vez, depois, ao falar sobre a presença e a superioridade das mulheres no magistério. Surge um questionamento, ao analisar as edições mencionadas: se as mulheres são educadas para a família, como o jornal enaltece aquelas que ocupam o mercado de trabalho? O progressismo do discurso do *Sexo Feminino* é limitado pelo contexto social em que a autora e suas colaboradoras se encontram, mas ele não deixa de existir e de influenciar suas leitoras.

Na edição de número 26, por exemplo, uma das filhas de Francisca, Amélia Augusta Diniz, escreve sobre a superioridade da mulher em relação ao homem: “a mulher é em tudo superior ao homem. Homens, debalde tentareis por mais tempo conservá-la na escravidão. A liberdade vossa é apenas fofa e aparente; sem a mulher, nem vida tereis. Tempo virá em que a vossa violência será repellido e vosso predomínio derribado pelo poder da instrucção dada a mulher” (ed. 26, p. 01 e 02).

A discussão travada no decorrer da fala de Amélia utiliza alguns dados bíblicos para sustentar a justificativa, mas em diversas oportunidades o periódico se posiciona reconhecendo ser a mulher igual ou até mesmo superior ao homem. Em alguns momentos o jornal até se coloca de forma provocativa, e talvez irônica, ao questionar se os homens não teriam medo da elevação social da mulher.

É possível encontrar nesta edição, ainda, uma outra provocação do jornal. Desta vez não direcionada a todos os homens, mas aos ditos “retrógrados”. O periódico noticia o fato de que em uma sessão da Câmara Municipal da Corte foi votado pelo vereador Dr. Bezerra de Menezes um projeto para a construção de edifícios simples para a fundação de escolas destinadas a crianças de classes mais baixas. O projeto indicava que somente mulheres ocupariam o cargo de professoras destas escolas e, com essa notícia, a autora questiona:

O que dirão os retrógrados quando no século presente se indica a mulher como mais própria que o homem para regenerar a mocidade? Pois si a mulher illustrada é a excepção e não a regra geral, como é que os homens que até aqui tem sido regra feral para a sciencia vão buscar a mulher para encarrega-la do magistério? Respondão, senhores do sexo masculino, não se calem, venhão à imprensa demonstrar que *o Sexo Feminino* espira a uma utopia, propugnando pela educação, instrucção, regeneração e emancipação da mulher” (O SEXO FEMININO, 28 de março de 1874, ed. 26, p. 04)

Na edição de número 29, a redatora inicia uma discussão sobre a importância da educação atrelada à fé, à esperança e à caridade. Explicitaremos esses três pontos abordados no próximo tópico, sobre o discurso religioso do jornal. A discussão inédita sobre educação presente no periódico está, na verdade, na seção Noticiário, em que a autora afirma que o Brasil deve envergonhar-se dos dados sobre a alfabetização do país. “No município da corte o total da população livre é de 226.033 pessoas, das quaes sabem lêr 99.156, e vivem em completa ignorância 126.877. Há o excesso de 28.721 analphabetos” (ed. 29, p. 03)

Na edição de número 33, o semanário publica um artigo extraído da redação do periódico *Pharol*, de Juiz de Fora. Ele promove uma reflexão sobre o que está sendo de fato ensinado às mulheres. Dança, música, costura, cozinha e limpeza. “Uma mãe julga ter cumprido

seu dever atormentando sua filha por bagatelas – põe-te direita, levanta a cabeça, abaixa os ombros, volta os pés para fora, e outras ninharias” (ed. 33, p. 01). Há, neste texto, uma crítica a forma como as mulheres eram criadas, preocupadas com a beleza e a vaidade, aspirando apenas os próximos bailes, espetáculos e divertimentos. Afirma ainda que, preocupadas somente com as práticas da sedução, as mulheres não conseguiriam “prender” os homens por muito tempo. E, por isso, o texto propõe o cultivo da inteligência da mulher – que seria a beleza mais pura que ela poderia cultivar.

Não é certo que o cultivo do espírito presta a beleza mais império, e que a virtude tornará a beleza mais estimável e a substituirá quando deixar de existir? Não tem a beleza mais encantos quando acompanhada de pudor, de talentos de razão, de virtudes? Uma mulher bela e virtuosa é o espetáculo mais encantador que se pode dar. Cultive pois o sexo amável seu espírito; os conhecimentos realçam e não ofendem suas graças. Cultive sobretudo seu coração susceptível das mais sociais virtudes. É assim que gozarão da estima pública e mesmo na velhice e na solidão recharão em si mesmas os conhecimentos de que forem ornadas, e a serenidade preferível ao tumulto dos prazeres e aos vãos divertimentos, que só trazem diversão momentânea e desgostos contínuos. (O SEXO FEMININO, 23 de maio de 1874, ed. 33, p. 01 e 02)

Na edição de número 61, publicada no dia 21 de novembro de 1875, a redatora começa a apresentar alguns traços de tristeza e decepção com a situação do jornal. Se compararmos o periódico com os demais jornais criados e publicados durante o século XIX, pode-se considerar que *O Sexo Feminino* teve uma publicação contínua e duradoura. No entanto, Francisca Diniz pensava o contrário e, nesta edição ela faz um desabafo às leitoras. A autora acredita que, infelizmente, muitas mulheres ainda se acham indiferentes a luta que o jornal trava pelos seus direitos e, por isso, não auxiliam na produção. Ela afirma que não privará sua família do “pão de cada dia” para carregar em seus ombros e sustentar uma luta em favor de quem não a reconhece.

O que notamos não é ignorância das mesmas, para com os grandes commettimentos; é apenas o indiferentismo com que olham para a causa que lhes diz respeito. Será que achem que não temos aptidão, nem um nome feito para tomarmos sobre nossos ombros o pesado encargo de pugnarmos pelos seus direitos? Ou antes digamos: pelos nossos direitos? Cremos que nem isto podemos admitir, pois temos posto as páginas deste nosso hebdomadário a disposição de quem quizer para a ellas enviarem artigos. [...]

A abnegação da redatora, na defesa de tão santa causa, não a levará ao extremo de privar sua família de pão, para sustentar uma idea em prol de quem não só não a quer admitir, como muito peor auxilia-la. A instrucção para a mulher é tão necessária como a luz que nos ilumina nas trevas, porém ainda ellas mesmas não a comprehenderam; salvas raras excepções.

É luz, mas por enquanto apenas se mostra como pálidos reflexos, como uma dessas nebulosas que faísca no azul do céu, até que o momento em que, transformada em formoso astro, possa desprender ardentes scintellas. Enfim, a instrucção para a mulher fará o que fazem as scintellas lançadas desses corpos celestes, nas planuras



do infinito, quando espancam as trevas. Ella abrirá todos os caminhos que podem conduzir-nos a paz, a felicidade e a Deus.

Não a compreendem ellas, ou antes não a apreciam hoje, mas o tempo mostrará que não temo-las enganado. Não colheremos os frutos do nosso trabalho, ao contrário, só as urzes e espinhos; porém nossas filhas, nossas netas, talvez nos bendigam! (O SEXO FEMININO, 21 de novembro de 1875, p. 01 e 02)

Em seguida, a autora comenta sobre a falta de auxílio à imprensa por parte do Governo e faz um apelo ao patriotismo de suas leitoras pedindo que, por mais que sejam indiferentes às questões discutidas no jornal, elas reconheçam que a instrução da mulher traria benefício a toda a sociedade.

A edição 66 parece ser um complemento do que é abordado na 61, como se fosse mais uma forma de convencimento e de despertar as mulheres que ainda não compreenderam a importância da luta que está sendo travada pelo jornal. A autora, então, reforça mais uma vez o seu posicionamento progressista e afirma que o século XIX não é mais tempo das mulheres se submeterem à escravidão.

Não estamos mais nos tempos em que o saber se achava encarcerado nos claustros; o feudalismo, a cavalaria errante, as cruzadas; os tempos dos prejuízos das castas e dos desvanescimentos chimericos passaram, deixando apenas os traços de suas temporárias conquistas. As fogueiras da inquisição não achão nem acharão mais combustível para acende-las. A nova geração só procura e procurará fazer desaparecer esses tristes vestígios; hoje, o horizonte da humanidade se mostra mais risonho, as nuvens, precursoras das tempestades, negrejam raramente.

É a época da luz! Forão-se as trevas... Todos os povos são livres, ou pugnam pela sua liberdade, os poucos que, como excepção ainda gemem na escravidão, e sem um porvir seguro, combatem todos pela sua liberdade religiosa e política; todos os pensamentos se manifestão francamente e esforçam-se por obter sua autonomia fazendo ressaltar por toda a parte o contraste que há entre o presente e o passado!

Todos os povos sacodem esses restos de grilhões que antes se opunham ao seu aperfeiçoamento e, erguendo-se ao seu verdadeiro nível, atingem de dia em dia o seu fim principal; - a civilização da humanidade... Pois bem, si o século presente é o das luzes e da batalha da civilização, a Racional Emancipação da mulher, não podia e nem pode deixar de entrar na arena do combate. Entre os milhares de problemas que agitam hoje todos os espíritos, consideramos, em nosso fraco entender que, é o da Emancipação do nosso sexo o de maior importância; é sem duvida um problema imensamente difícil de ser resolvido, ao mesmo de prompto! (O SEXO FEMININO, 27 de fevereiro de 1876, ed. 66, p. 01)

Ainda nesta discussão, Francisca comenta sobre a falta de estabelecimentos fundados por mulheres para promover a educação das crianças, e solicita que as mães de família não deixem de se empenhar em educar suas filhas, de fundar escolas e de transmitir o progresso e a instrução para a geração futura, e finaliza afirmando que “o que queremos é justo, recto e liberal. É pois elemento do progressista!”. O uso da primeira pessoa do plural demonstra uma

luta coletiva. Francisca não está sozinha e pretende convencer as demais mães de família que todas as mulheres devem estar juntas nesse combate.

Na edição de número 67, Francisca Diniz complementa esse debate anterior sobre a necessidade de fundar novos estabelecimentos focados na educação das meninas com um discurso sobre a importância das escolas em si. Esta discussão se faz atual se pensarmos do ponto de vista do que está sendo pautado no Brasil atualmente sobre a aplicação da prática do ensino domiciliar (*homeschooling*) no país. O jornal propõe que o colégio amplia a visão das crianças para além do que está posto no ambiente familiar.

“O collegio alarga, por assim dizer, o circulo das affeicoes, de restrictas que são a família e parentes; fa-las elevar-se à pátria e à humanidade, abrangendo em um amplexo fraternal toda a vasta diversidade humana. O collegio, posto que isole a menina ou menino do grêmio da família, dá-lhe uma outra em maior expansão a suas ideas, desembaraça-os dos preconceitos da família e sugere-lhes meios de alentar suas ideas e eleva-las sem óbices nem peãs” (O SEXO FEMININO, 02 de abril de 1876, ed. 67, p. 02)

Nesta edição o periódico anuncia que a produção do jornal será reduzida devido a redatora ter contraído a doença da febre amarela. As edições estavam previstas para serem publicadas mensalmente a partir desta data, no entanto, o jornal retorna apenas no ano de 1889.

No ano de 1889, então, no dia 02 de junho, é publicada a edição seguinte. O Sexo Feminino afirma surgir “da imensidade do oceano das ideias” a fim de fazer vingar a racional emancipação da mulher. Esse termo “racional emancipação da mulher” é, inclusive, utilizado em diversas edições como título dos textos publicados na seção O Sexo Feminino e se apresenta como o lema principal do jornal.

Quando trata-se de uma questão transcendente como esta, devemos todos unirmo-nos e banir de nossas ideas todos os errôneos preconceitos que sufocam e amortecem o passo que tentamos dar em favor do progresso da humanidade. A racional emancipação é uma das verdades grandiosas que se apresentam ao nosso espírito. Temos lutado por propaga-la, e sem fatigarmo-nos lutaremos até atingir nosso desideratum. [...] Hoje, no século XIX, está mais que demonstrada a maravilhosa importância que a mulher tem na regeneração da humanidade. E no lar da família, que é a sociedade em miniatura, é que pode e deve ser aproveitada a luz divinal que a mulher recebeu de Deus, e nem é mais permitido negar-se a sua superioridade na educação e instrução da mocidade (O SEXO FEMININO, 02 de junho de 1889, ed. 68, p. 01)

Nas edições deste ano, o periódico parece estar empenhado na reivindicação pelos direitos de a mulher ocupar, também, o mercado de trabalho. Na edição de número 70, o jornal comenta sobre a formatura de duas mulheres na faculdade de direito em Recife e que o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros iria discutir se essas mulheres graduadas em direito

poderiam exercer a advocacia e a magistratura. O caso já parecia ter sido resolvido em favor das mulheres e a autora comenta, direcionando o texto diretamente aos advogados: “depois a experiência nos ensina que não há lógica mais cerrada e nem mais persuasiva do que a feminina...” e completa “tremam, portanto, os advogados brasileiros” (p. 04)

Por fim, na penúltima edição analisada, publicada no dia 30 de junho de 1889, a autora revela seu pensamento como se fosse uma conclusão a respeito de todas as discussões travadas no jornal e expostas neste trabalho. Ela questiona: “serão o homem e a mulher iguaes nas manifestações e capacidade de suas faculdades? O sexo feminino apresentará as mesmas vocações, atividade, cultura de inteligência e energia como a do homem?” (p. 01) e, ao mesmo tempo, conclui: “Pela analyse e observação destes quesitos provaremos que a mulher não só tem todos os dons concedidos ao homem, como em muitos até o excede com superioridade” (p. 01). E segue apresentando todos os seus argumentos que comprovam a superioridade da mulher em relação ao homem. Primeiro, afirma que a mulher também é possuidora de uma alma e, nisto, ela é igual ao homem. Em relação aos cuidados domésticos, a prática mostra que as mulheres são mais aptas que os homens. A mulher tem mais intuição, perseverança e paciência que o homem. A mulher é mais dedicada, aplicando-se à ideia de igualdade, fraternidade e de liberdade. No fim, entretanto, ela reforça que os preconceitos que levam a sociedade a considerar a mulher inferior ao homem ainda não foram extirpados e que eles só seriam arrancados pela raiz por meio da educação do sexo feminino.

O apelo a educação e instrução do sexo feminino perpassa todo o jornal e, por isso, também é perpassado pelas outras temáticas que o trabalho pretende discutir. O discurso presente no semanário tem forte influência religiosa e, por isso, até mesmo quando a autora aborda sobre a educação, é possível notar alguns traços do catolicismo presente em sua fala. Além disso, a temática do casamento, por exemplo, é atravessada pela educação no sentido de que as mulheres devem ser instruídas para não se submeterem a situação de aprisionamento dentro de seus lares. E, por fim, a educação é o único meio de tirar a sociedade das “trevas”, de garantir o progresso da Nação – neste sentido é possível perceber um traço de patriotismo latente no discurso de Francisca.

### **3.2.2. Religião**

O século XIX ainda era marcado por uma relação estreita entre a Igreja e o Estado brasileiro. Apesar de travarem uma relação conflituosa, a Igreja Católica exerceu grande influência nas decisões políticas do país e impediu, durante anos, a oficialização do exercício do culto de outras religiões no país, sendo o catolicismo registrado como a religião oficial do

Brasil. Neste sentido, entende-se que a cultura brasileira se desenvolveu com forte influência das crenças católicas, marcando o cotidiano, a fala, as vestimentas, as crenças, os ritos e a organização da sociedade.

O Sexo Feminino, inserido nesse contexto oitocentista, foi um veículo que, apesar de progressista, reverberava aquilo que estava posto no contexto social oitocentista. O discurso do periódico, dessa forma, possuía traços evidentes das crenças de Francisca Diniz e suas colaboradoras. A religião acompanhava o discurso sobre educação, casamente, sobre o progresso da nação e tudo mais o que foi discutido no jornal, na maioria das vezes de forma imperceptível e, outras, de maneira mais direta, com algumas seções dedicadas somente ao tema religião. Abordaremos, aqui, o que o periódico aborda de forma mais direta sobre o assunto.

A primeira edição do jornal já vem acompanhada, na seção Literatura, de uma parte própria para falar de religião. É possível perceber que se trata de uma decisão editorial da redação falar sobre religião logo na primeira edição do jornal e deixar claro as suas crenças e por quais caminhos ela trilharia as reivindicações do semanário – apoiada em uma percepção cristã sobre o mundo. Albertina Diniz, filha de Francisca e colaboradora do jornal, traduziu um texto do francês que abordava o que se entendia por religião, afirmando que “é a religião do coração, a virtude em prática, o mais bello de todos os códigos de moral, e cujos preceitos são outros tantos benefícios do céu” (p. 04)

Na edição de número dois, uma outra tradução feita por Amélia Diniz, que aborda a diferença entre educação e instrução afirma claramente que “é da moral religiosa que a educação tira seus mais poderosos auxiliares” (p. 03) e que a religião é a primeira e melhor educação possível.

As discussões diretamente relacionadas sobre religião geralmente são encontradas nas seções Literatura, Variedade ou Colaboração. Na publicação de número nove, na seção Literatura, Albertina Diniz reforça esta temática. Com um escrito enunciado “Sete cousas que Deus odeia”, a colaboradora lista uma sequência de “regras” ou “pecados” citados pela Bíblia Sagrada e abominados pelo cristianismo: “1ª olhos soberbos; 2ª língua que mente; 3ª mãos que fazem correr o sangue innocente; 4ª coração que forma designios iníquos; 5ª pés que correm apressadamente para mal; 6ª falso testemunho que afirma mentiras; 7ª aquelle que semea dissensões entre irmãos” (p. 04).

Na edição 26, ao justificar a primazia da mulher em relação ao homem e reforçar o apelo pela libertação e regeneração do sexo feminino, o jornal utiliza argumentos bíblicos da história da criação. A Bíblia afirma que Deus criou o homem a sua imagem e semelhança e

que, logo depois, tendo pena do homem por vê-lo triste e sozinho, colocou-o em sono profundo, tirando uma de suas costelas e formou, com ela, a mulher. “Formando destarte a mulher, o próprio Deos quis que o homem a desejasse e a pedisse como o único bem que lhe faltava no meio de tantas delícias. [...] Fez mais, deu-lhe o nome Eva, que significa vida, e ao homem Adão, que quer dizer homem de barro. Homens, nada sois sem a mulher!” afirma a autora, dizendo, em seguida, que a mulher é, em tudo, superior ao homem.

Lembrai-vos que há diferença de matéria para a composição do vosso ser e da mulher, essa diferença é em favor dela, pois que não foi feita de argila, mas de uma parte de vós mesmos, parte sensível, já de um ente pensante e ainda mais pedida por vós mesmo. [...] Acordai do somno em que há mais de seis mil annos tendes jazido, e erguei a mulher a altura em que o próprio Deos a colocou, si não quereis a vossa própria ruina, o completo desanimo e a estacionariedade do gênero humano” (O SEXO FEMININO, 28 de março de 1874, ed. 26, p. 03)

As edições de número 29 e 33, publicadas respectivamente nos dias 18 de abril e 23 de maio, trabalham o tema da educação atrelada à religião. Deus está diretamente ligado ao dever da mulher de educar as filhas no caminho da fé, da esperança e da caridade e, por isso, elas deveriam ser como o Mestre na terra. Em uma outra edição, de número 31, a autora menciona também que “a imaginação viva da mulher, sua constituição nervosa e delicada dá-lhe uma espécie de ardor profético, que a torna apta para o papel de iniciadora e missionária” (p. 01). Por isso, a maternidade, para ela, é o mais santo dos encargos sociais. E esta educação materna, como muito é mencionado no jornal, deve ter por base a religião e a moral.

Pois bem, mães de família, à imitação do Divino Mestre sejamos na terra, a continuação de sua sancta missão. Eduquemos nossas filhas; escolhamos para ellas preceptores capazes de ensinar-lhes as disciplinas que sóem ser ensinadas aos homens, a fim de que possam ellas buscar meios de subsistência, ao menos proporcionados as suas mais imprescindíveis necessidades.

Ministremos-lhes nós mesmas a tríplice educação, isto é, robustecemos-lhes o corpo por meio de uma perfeita hygiene; o seu intellectual, desinvolvendo-lhes as faculdades por meio da atenção, e formemos-lhes o coração pela doutrina, sancta e justa, que o Divino Redemptor nos ensinou. [...]

Para educarmos nossas filhas não precisamos de mais que sermos virtuosas, porém para instrui-las necessitamos de mais vasta instrução do que a que temos tido até hoje, e pois, si presentemente não a temos, pode-la-emos ter mediante as três virtudes: fé, esperança e charidade.

Fé, em Deos, que há de melhorar a nossa sorte; Esperança, em nossos esforços; e Charidade perdoando aos homens o descuido e nenhuma atenção que tem a nossa instrução merecido, ao governo delles” (O SEXO FEMININO, 18 de abril de 1874, ed. 29, p. 01 e 02)

Além disso, em edições seguintes, a autora publica um texto de José Miguel de Siqueira que afirma que na condição deplorável de degradação moral em que a sociedade se encontrava a mulher era encarada mais como coisa do que como pessoa e, graças ao advindo do cristianismo, Jesus Cristo libertou o homem e o homem, por conseguinte, seu escravo – a mulher – que tornou-se sua companheira.

O jornal apresenta um discurso, na edição 41, sobre o papel de cada um na sociedade. Nele, o autor argumenta que Deus deu a cada um o seu dom e a função que cada ser humano deveria desempenhar. A inversão de papéis, neste sentido, seria muito problemática, ou, como ele afirma, “da troca de papéis vem o nosso inferno” (p. 02). Não é certo que um menino, por mais que seja inteligente, se torne professor, se não tem o dom e a atribuição de ensinar. Nem que outro se torne soldado, se não foi com esse propósito que ele nasceu.

Na edição 52, publicada no dia 12 de setembro de 1875, o jornal afirma que sem religião as mulheres não são suscetíveis a receber um amor puro e verdadeiro. Acredita-se que o catolicismo influenciava de maneira mais intensa a vida das mulheres oitocentistas. A maioria das crenças que levavam à opressão e ao aprisionamento da mulher eram justificadas pela religião cristã – ainda que a autora do jornal acredite que o próprio cristianismo foi responsável por sua libertação, tornando-a companheira do homem.

A crença de que o lar era um lugar distante dos pecados do mundo e que, as mulheres, por serem mais sensíveis e intuitivas, deveriam se resguardar ao ambiente doméstico para fugir dos pecados; a obrigação de uma vida em santidade, castidade e pudor, em que uma das principais obrigações das meninas era guardar a sua virgindade ao marido e, quando casadas, deveriam manter oculta a sua vida sexual; a devoção matrimonial; a culpa sobre as traições do marido caía sobre a mulher e até mesmo sobre as vestimentas existia a influência da Igreja.

Neste sentido, está escrito na edição de número 68 que “é no lar da família, que é a sociedade em miniatura, é que pode e deve ser aproveitada a luz divina que a mulher recebeu de Deus” (p. 02), reforçando a ideia do papel que as mulheres deveriam exercer como “rainhas do lar”, um dom dado por Deus e, como dito anteriormente, que as pessoas não deveriam agir contra o propósito que Deus deu a elas na Terra.

Além disso, o jornal aborda, em um fragmento desta edição sobre a abnegação da primeira mulher em relação a superioridade que Deus lhe concedeu:

Só a mulher, segundo John Schulze, foi criada no paraíso terrestre, e devia n'ella viver, ella e toda a sua descendência feminina, n'uma felicidade perfeita, no meio das flores e dos cantos dos pássaros. O homem só devia penetrar para a obra da geração. Porém a mulher, naturalmente boa e compassiva, quis partilhar dos trabalhos da quele

que Deus só tinha criado para ser seu servo. Ella deixou, pois, aquelle logar de delicias para votar-se à felicidade de seu companheiro e ser sua serva. Tanta abnegação commoveu o Omnipotente que deu-lhe, para recompensa, a arte de governar seu novo senhor, sem que este pudesse disto aperceber-se. Tudo estava creado, mas tudo estava nas trevas; a mais sombria noite envolvia o universo. Deus abriu as pálpebras da mulher e appareceu a luz (O SEXO FEMININO, 02 de junho de 1889, ed. 68, p. 04)

Na edição seguinte, publicada no dia 09 de junho, o jornal informa sobre descoberta da existência da alma. Ao apresentar os estudos de um pesquisador cristão, o periódico afirma que a alma seria uma parte constituinte do corpo humano, semelhante à sua forma, mas impalpável e, somente através da morte desse ser que a alma se separaria dele.

Por fim, as últimas edições escolhidas para a análise do *Sexo Feminino* abordam uma reflexão sobre a importância da caridade, do “fazer o bem”, ensinamento atrelado, no jornal, ao cristianismo, visto que Jesus, trouxe este como um dos mais importantes ensinamentos em sua passagem na Terra:

A verdadeira caridade é a mais sympathica e attrahente das qualidades. Mão generosa é aquella que é estendida quando o caminho é difficil. Há occasião de fazer caridade em toda a parte; nas festas, nos negócios, na sociedade e às escondidas  
“É regra christã fazer-ser  
Todo o bem que se deseja  
Com a mão direita, de modo  
Que a mão esquerda não veja”  
(O SEXO FEMININO, 30 de junho de 1889, ed. 71, p. 03)

Além da importância do fazer o bem, o jornal defende a ideia da necessidade de difusão dos ensinamentos cristãos, assim como é pregado na Bíblia em um verso que determina “ide, e pregai o evangelho a todas as criaturas”. O periódico toma uma posição de que todos deveriam levantar-se aos céus a fim de que, vivendo em comunhão com Deus, teriam uma vida justa, diante do consolador que faria desaparecer todo o sofrimento.

Quer sejamos escriptores, legisladores, bispos ou sacerdotes, é nosso dever publicar, pensar e diffundir sobre todas as formas, usar de toda a energia e poder social, para combater e destruir a miséria, e, ao mesmo tempo, fazer que todas as cabeças se levanten para o céu, que todas as almas esperem uma vida em que se nos fará justiça. Deus, espírito perfeito, não poderia ser injusto e nem fazer a alguém soffrer inutilmente. [...] Nossos soffrimentos como que desaparecem ante a consoladora esperança num Deus justo, e através das trevas desta vida se nos apresenta a visão de um mundo melhor – o céu! (O SEXO FEMININO, 18 de agosto de 1889, ed. 75, p. 02)

### 3.2.3. Casamento

Devido à grande influência do catolicismo na sociedade oitocentista que, como foi apresentado, também alcançava o discurso presente no jornal, *O Sexo Feminino* apregoava a

natureza divina do matrimônio. O casamento era o destino de todo ser humano. Mas assim como na temática religião, a preocupação era maior entre as mulheres, que nasceram e foram criadas aprendendo todas as tarefas domésticas a fim de se capacitarem ao seu objetivo principal de serem esposas e mães. Na edição publicada no dia 14 de agosto de 1875, o jornal reforça essa tarefa divina do matrimônio e o que se esperava da mulher casada no século XIX: “a mulher deve amar o marido e respeitá-lo, pois só foi criada para ele pelo próprio Deus. E pois não tem um voto, uma felicidade, uma riqueza que não lhe venha dele. É para ela que ele trabalha, arrosta todos os obstáculos, fadigas e labores” (p. 01)

No entanto, já nas primeiras edições do semanário, a autora aborda sua indignação para com a situação das mulheres, comparando-as a simples móveis da casa, inutilizadas. Ela fala sobre a opressão masculina e como a instrução seria libertadora até mesmo no âmbito familiar.

A mulher, pertencente ao sexo frágil, como é denominado pela onipotência do homem, é um móvel, um brinquedo que o capricho de qualquer estoico coloca no canto da casa ou atira barbaramente a última escala social!  
Vedada da instrução, que a perspicácia masculina tem julgado incompatível com o sexo, inconsciente de seus direitos ella, qual cordeiro humilde, deixa subjugar-se e esmagar-se pela manopla de ferro de qualquer bárbaro.  
É tempo de olharmos attentamente para a nossa situação. Que papel representa a mulher na sociedade?  
Quando filha, quando mãe, esposa ou viúva, sempre, sempre manietada, oprimida e dominada desde o primeiro até o último homem. [...]  
Com a instrução conseguiremos tudo, e quebraremos ainda as cadeas que desde séculos de remoto obscurantismo nos roxeão os pulsos e aviltão a própria dignidade. Quando os olhos do espírito culto de todas as mulheres virem as injustiças, o cruel domínio e a postergação de direitos de que somos victimas, então o nosso triumpho será completo, porque formaremos uma cruzada que tudo vencerá.  
Principiemos a reagir contra o despotismo do homem, e o primeiro passo seja este, habituando-nos a vis a imprensa exprimir nossos pensamentos. (O SEXO FEMININO, 14 de setembro de 1873, ed. 02, p. 02)

Nessa mesma edição, é publicado o texto de uma leitora campanhense que também traz uma reflexão sobre o papel da mulher como esposa atrelado à educação. Ela questiona: “si encarais a mulher como esposa, neste estado em que ella symbolisa a sociedade, o que ella é em relação ao seu esposo, a Deos e a seus filhos, sem educação, sem instrução?” (p. 03) e completa afirmando que, para que a mulher desempenhe o seu papel de filha, mãe e esposa, é necessário que a sociedade não a abandone nas trevas da ignorância.

Na publicação do dia 18 de outubro de 1873, o jornal equipara a situação vivida pela mulher em suas casas à escravidão. “Porque a mulher em quasi todos os paizes do mundo era considerada ESCRAVA – um traste necessário da casa, que como outro qualquer podia ser convertido em dinheiro” (p. 01). O casamento, ainda que fosse um princípio cristão, representava para as mulheres uma forma de aprisionamento. Compará-lo a escravidão no



contexto histórico brasileiro do século XIX não foi um ato impensado ou um equívoco do jornal. Francisca Diniz comandava o periódico em um contexto brasileiro em que ainda se vivenciava a escravidão e acredita-se que ela possuía total conhecimento do que o termo representava. O peso dessa palavra destinado à mulher só nos faz acreditar de forma mais incisiva no enclausuramento a que as senhoras oitocentistas estavam acometidas. Para reforçar, a autora traz ainda alguns exemplos de mulheres do exterior que eram vendidas como escravas.

Em relação a essa comparação, percebe-se uma dicotomia entre o aprisionamento que elas viviam dentro de suas casas e de seu matrimônio e a libertação que somente o acesso à educação lhes garantiria. A leitura, para Francisca, era como uma luz que irradiava pela escuridão da ignorância e da iniquidade.

Por fim, na última edição escolhida para o ano de 1873, de número dez, o jornal reforça a discussão da temática casamento e afirma que o matrimônio é o meio de legitimar perante a sociedade a união dos sexos, por isso o seu intuito é grandioso. No entanto, no decorrer do texto ela mostra que o casamento não é só isso. Ele não passa, na verdade de um meio que o homem encontra de se beneficiar em diversos aspectos. A autora afirma que se remontarmos às origens das famílias e das sociedades humanas, as mulheres não passaram de mero instrumento de fortuna, prazer e servidão.

“Repitamos, na nossa actual sociedade, o casamento não passa de um meio de fazer fortuna depressa, sem as difficuldades e as privações que soem acompanhar uma vida laboriosa. [...] Que sorte aguarda na sociedade uma infeliz e pobre moça, que para um destes maridos pesou na balança tanto quanto o seu dote peccuniario? Quotidianamente estamos vendo exemplos destes; e aquella que só cuidou em ornar o seu externo para agradar, descuidando-se da cultura de seu espirito, ve-se abandonada, muitas vezes em terra estranha, por aquelle a quem na melhor boa fé recebeu a face do altar como seu marido.

Já tratamos do modo porque taes mulheres que só vivem para o luxo e a vaidade são enganadas por alguns maridos trapaceiros e maus, quando pretendem extorquir-lhes a força de seduções a outorga para alienação de bens immoveis do casal.

Agora mostraremos mais um ardil de que usão certos maridos, que nem por bem nem por mal podem conseguir de suas mulheres tal outorga. Eis o ardil:

Constituem-se devedores a terceiros de sommas extraordinárias umas vezes reaes e outras fictícias. Conluíão-se com taes credores, verdadeiros estelionatários ou ladrões; são por estes acionados, deixando correr é pleito á revelia, e quando menos esperão são intimados de uma sentença condemnatoria, cuja leitura tranquilamente escutão, para depois jesuiticamente dizerem as mulheres: estamos arruinados; não quiseste consentir na alienação deste nosso imóvel; ei-lo que o direito no-lo tira para po-lo em praça e o produto ser entregue a um terrível credor!!!

A mulher, que entregue aos cuidados domésticos, ignorava a vida externa de seus maridos, os seus negócios, os seus assentos, os seus compromissos, agora vê-se irremediavelmente perdida, pobre, desgraçada e talvez abandonada! De que lhes valerão esses ricos vestidos de seda, feitos a rigor da moda? Para que lhes servirão esses trapos?

Acabando o pecúlio do dote – passada a lua de mel – desaparecidos os enfeites exteriores – desbotada a mocidade, aproximada a idade madura, multiplicados os Janeiros, a realidade apparecera com seu cortejo de infelicidades e provações.

Moças solteiras, acautelai futuros destes – não vos deixeis seduzir pelo fofa orgulho do luxo e da vaidade. Sede independentes do homem por meio de uma educação apurada que deveis vós procurar; cultivais sobre tudo vossa inteligência com a maior somma de instrução que puderdes; ornai o vosso espírito com o temos de Deos, expurgai a vossa alma desses vãos temores de embustes supersticiosos; amai o trabalho, e si vos casardes, não temereis um futuro triste qual o que acima vem descripto. Minhas patricias: instrução e muita instrução vos aconselho; lede o grande livro da vida, o livro do povo – lêde os periódicos – cultivai a imprensa, é só assim que podereis vir a conhecer os vossos direitos, as vossas obrigações, e os encargos e mais compromissos de vossos maridos que podem trazer a felicidade ou a ruina de vosso casa. (O SEXO FEMININO, 08 de novembro de 1873, ed. 10, p. 01 e 02)

Nessa edição é possível perceber mais claramente a liberdade que a educação dá à mulher em relação ao aprisionamento do matrimônio. Para Francisca, a beleza mais bonita que uma dama poderia cultivar era a inteligência por meio da educação e de um espírito cheio de temor a Deus. Ela incentivava suas leitoras a possuir uma vida independente de seus maridos, além de influenciá-las ao acesso ao mercado de trabalho – outra importante reivindicação do jornal e grande contribuição para o que podemos entender como as primeiras sementes lançadas em busca do florescer de um movimento feminista no Brasil.

Vale salientar, também, o reconhecimento da importância da imprensa. Francisca sabia que era por meio dos jornais que as mulheres teriam acesso à grande parte das informações necessárias para despertarem o interesse e o conhecimento sobre o acesso não só à educação, mas mais importante ainda, sobre os seus direitos como cidadãs.

A autora tem conhecimento de que as mulheres viviam “na mais completa ignorância de seus direitos, desconhecendo até aqueles em que a legislação do país a considera solidária” (O SEXO FEMININO, 25 de outubro de 1873, ed. 08, p. 01) e seria por meio das discussões iniciadas e estampadas em jornais femininos como *O Sexo Feminino*, *O Jornal das Senhoras*, *A Família*, *O Belo Sexo*, que elas teriam acesso a informações cada vez mais calcadas no olhar voltado para a regeneração da mulher.

O jornal é tido não apenas como um veículo de informação, mas também o meio pelo qual diversas mulheres exprimiram todos os males que acometiam o seu “deprimido sexo”, como a autora menciona em algumas edições. É a ferramenta utilizada para a denúncia e o desabafo de todas as opressões, inclusive relacionadas ao casamento, que as senhoras oitocentistas viveram.

Na edição 29 o jornal publica um texto de José Miguel de Siqueira sobre a mulher. Nele, fica clara a diferença de funções destinada a cada gênero. O autor fala sobre os deveres e as qualidades de uma senhora enquanto mãe, filha e esposa e é possível perceber todas as atribuições destinadas a mulher dentro do lar e tudo o que ela deveria fazer para garantir o bem-

estar da casa e do marido. Enquanto o homem estaria enfrentando os perigos e os conflitos da rua, a fim de garantir o sustento da casa, a mulher deveria cuidar da alimentação e da comodidade da casa. A harmonia da pequena sociedade familiar dependia exclusivamente da dedicação da esposa aos cuidados domésticos.

Como esposa, a mulher nos acompanha a passo igual, noite e dia, na espinhosa carreira da vida, compartilha conjuntamente de nossa sorte, suaviza nossos dissabores, minora nossas fadigas e nossos trabalhos afanosos nos ajuda, reanima nosso espírito abatido pelas contrariedades e decepções e nesses momentos em que respiramos raiva e fogo, ella abrandando nossos assomos como quem lança agua na fervura; e, si o ai da mulher é agudo e penetrante como a ponta da espada, seu sorriso é consolador como a esperança; e de feito ella nos afaça com seus doces carinhos, dá-nos enfim sublimes exemplos de virtude e dias de felicidade. [...] O homem, unindo-se à mulher, recobra uma parte da sua substancia; alma e corpo são incompletos sem a mulher, a elle a força, a ela a formosura.

Elle combate o inimigo e lavra o campo da pátria, mas nada entende de miudezas domésticas; a mulher é-lhe urgente para lhe preparar a refeição e os commodos domésticos (O SEXO FEMININO, 18 de abril de 1874, ed. 29, p. 03)

Em uma outra abordagem que aparece em diversas edições a partir do ano de 1875, continuamente, no periódico *O Sexo Feminino*: denominada “O casamento”, Francisca discute questões que envolvem o matrimônio, principalmente em relação ao papel da mulher. Na publicação de número 52, especificamente, a autora afirma que “o casamento, dizem também alguns, é uma carga; se os bois puxam certo, bem vae o carro, mas se puxa cada um para seu lado... triste cousa!” (p. 02). A harmonia do casal, então, é a fonte da prosperidade de uma família. Homem e mulher devem combinar seus papéis em condição de igualdade. Em seguida, Francisca publica alguns conselhos do Bispo do Pará, D. Antonio, que seriam obrigações do marido e da mulher dentro de um casamento:

Obrigações do marido: 1ª amar a esposa, como Jesus Cristo ama a sua Igreja; 2ª respeitá-la como sua companheira; 3ª dirigi-la como lhe sendo sujeita; 4ª guardar-lhe todo o amor e fidelidade; 5ª sustenta-la com decência; 6ª soffre-la com paciência; 7ª ajuda-la com caridade; 8ª reprehende-la com benignidade; 9ª exhorta-la ao bem com palavras, e inda mais com o exemplo; 10ª não offende-la, nem deshonor-la por factos, nem por palavras; 11ª não fazer, nem dizer cousa em presença dos filhos, ainda que pequenos, que lhes possa servir de escândalo. Obrigações da mulher casada: 1ª amar o marido; 2ª respeita-lo como seu chefe; 3ª obedecer-lhe com affectuosa prontidão; 4ª adverti-lo com discreção e prudência; 5ª responder-lhe com toda mansidão; 6ª servi-lo com desvelo; 7ª calar, quando o vir irritado; 8ª tolerar com paciência seus defeitos; 9ª não ter olhos, nem coração para outro; 10ª educar catholicamente os filhos; 11ª ser muito attentiosa e obediente para o sogro e sogra; 12ª benévola com os cunhados; 13ª prudente e mansa, paciente e carinhosa com toda a família (O SEXO FEMININO, 12 de setembro de 1875, ed. 52, p. 03)

Até então é possível perceber que o periódico exprime ideias e desejos que estão além de seu tempo. Uma mulher que comanda um veículo midiático e defende a educação feminina

em pleno século XIX, quando as mulheres ainda não poderiam sair às ruas desacompanhadas, era algo revolucionário. Seu progressismo, no entanto, é perpassado por alguns conservadorismos que vão de encontro com o que a própria Francisca defende, mas não pode ser visto como forma de anular a importância do discurso e da ação da autora em sua sociedade, no tempo e espaço em que ela atuou. O exemplo citado acima demonstra um pouco do que são esses conservadorismos que de certa forma regulavam o discurso progressista de Francisca. Essas atitudes são o que discutimos anteriormente como os interditos de seu discurso. A mulher oitocentista ainda não poderia falar sobre qualquer coisa, em qualquer espaço. A religião atuante em seus jornais era uma das principais razões dos silenciamentos nos textos de Francisca Diniz. Alguns deles, encontrados no exemplo acima, são vistos na ideia de submissão da mulher, do papel do marido de provedor do lar, do “calar” feminino quando o marido estiver estressado, do respeito ao homem como seu chefe, do cuidado que ela deve ter ao educar os filhos catolicamente, etc.

Dessa forma, quando se trata da temática “casamento” percebe-se que o jornal mantém uma posição de silenciamento em relação a algumas questões importantes e que podem ser consideradas um tabu até a atualidade. Falar sobre a sexualidade da mulher era uma atitude revolucionária até mesmo para *O Sexo Feminino*. Nem mesmo sobre a virgindade o jornal discute de forma direta, apenas reforça que as mulheres devem se guardar, mantendo o pudor e a castidade.

Na edição de número 69 a autora demonstra mais uma vez a sua indignação em relação a condição social da mulher. Francisca Diniz afirma que essa condição marca o grau de civilização de um povo e é o reflexo do ambiente doméstico, porque a família, como já mencionado, é uma “molécula” da sociedade. Por isso, nos lugares em que a mulher é tida como rainha e é possível que ela reivindique e adquira seus direitos, a sociedade é culta; já onde ela é escrava e vive sob as mesmas condições que a autora relata, a sociedade é bárbara.

#### A MULHER PERANTE A HISTÓRIA:

Que triste condição a da mulher nas eras que chamamos patriarcaes! Não era o seu olhar amante que buscava na turba dos homens o esposo escolhido de sua alma. O direito da escolha pertencia ao pai ou aos irmãos mais velhos. O seu dever era seguir o esposo designado, embora desconhecido. Simples eram as cerimoniaes nupciaes: a entrega do dote e as dadas dos parentes constituíam a base do casamento (O SEXO FEMININO, 09 de junho de 1889, ed. 69, p. 01)

O progressismo presente no jornal vai além das reclamações ou dos desabafos referentes à situação da mulher oitocentista. Em diversas edições Francisca Diniz propõe um debate sobre

os verdadeiros direitos instituídos às mulheres, como por exemplo o direito ao divórcio ou até mesmo à justiça por determinados casos.

O casamento não deve nem pode deixar de ser um verdadeiro e solido elemento de ordem, uma condição de vida não só para o individuo, mas também para a família e para a sociedade.

O casamento sendo um contracto civilmente fallando e pois sujeito a igualdade de direito tanto civis como penaes, a lei deve lançar suas vistas para elle com mais attenção do que o que até hoje tem feito. (O SEXO FEMININO, 16 de junho de 1889, ed. 70, p. 02)

Na sociedade brasileira do século XIX, se um homem cometesse adultério, nada aconteceria a ele e, provavelmente, o caso permaneceria velado. Se fosse a mulher, entretanto, o caso poderia terminar em morte. Constitucionalmente pode-se dizer que as mulheres não eram nem consideradas cidadãs, visto que eram impedidas de votar e enfrentavam inúmeros obstáculos pelo direito de ir e vir, trabalhar, estudar e fazer qualquer atividade extradoméstica. Francisca também trava uma luta por todos esses direitos.

A mulher, por seu recato, pudor, caridade etc., nunca ou quase nunca acusa o marido, nem em circunstância alguma por mais desgraçada que seja, deve fazê-lo; mas a lei ao ministério público deveria incluir de fazê-lo em seu lugar. O ministério público deve promover a repressão de semelhantes crimes cometidos pelo marido no lar da família e não deixa-los impunes (O SEXO FEMININO, 16 de junho de 1889, ed. 70, p. 02)

#### **3.2.4. Patriotismo**

A data para estreia do jornal parece não ter sido escolhida aleatoriamente. Neste mesmo dia, há 51 anos, o Brasil havia se tornado independente de Portugal. Nacionalista, Francisca afirma que é possível que os registros sobre esse acontecimento desapareçam, que alguém poderia destruir todos os escritos sobre a independência, mas que nada pode tirar esse “tesouro” do coração dos brasileiros. Agora, no dia 07 de setembro de 1873, Francisca afirma que o Brasil também seria conhecido, nessa data, pela independência da mulher, que será vista e comentada em todo o Brasil pela imprensa. Inaugura-se, então, o primeiro periódico brasileiro voltado para a reivindicação dos direitos da mulher e a emancipação do “sexo frágil”.

Só quem não for brasileiro, ou sendo-o tiver um coração de bronze não sentirá palpitar-lhe o peito ao ouvir ecoar por entre a multidão compacta o nosso tocante e arrebatado hymno nacional da Independencia. É porque este dia, quando não estivera escripto nos fastos de nossa historia pátria, e atestado por um monumento erguido em praça publica, está e estará gravado no coração de todo o brasileiro.

É possível que desapareça da historia a noticia escripta desse dia, é possível que a mão do inimigo, ou a acção do tempo possam destruir monumentos comemorativos de um facto nacional tão importante; porém há um lugar sa grado isento destas acções – é o coração do brasileiro; é ahi que está depositado o thesouro noticiador de nossa independência occorrida no dia 7 de Setembro de 1822, nas margens do Ipiranga,

circunvizinhança da cidade de S. Paulo. Emudecem neste dia os rancores políticos – esquecem-se as inimizades, unem-se os desaffectedos, abraçam-se os amigos, para todos a uma só voz gritar: “Somos brasileiros, e pois, viva a nossa independência! Viva o dia 7 de Setembro de 1822! Gloria immorredora a D. Pedro I!”

Feliz coincidência! Há 51 annos que se quebrarão os ferros de nossa escravidão ao jugo colonial, que se libertou o brasileiro do despotismo de um homem que d’álem do Atlantico, nos impunha sua vontade de ferro; há 51 annos em fim que soou o grito de nossa independência.

Pois bem, este dia marcará também em nossa história pátria uma época não menos memorável – a independência da mulher, cujo echo se faz ouvir na imprensa por um órgão – O Sexo Feminino. E pois, viva a independência do nosso sexo! Viva a instrução da mulher! Vivão as jovens campanhenses! (O SEXO FEMININO, 07 de setembro de 1873, ed. 01, p. 02)

Na sétima edição, na seção de Litteratura, Francisca apresenta o poema de Antonio Gonçalves Dias que exalta as belezas naturais da nossa pátria. Ao trazer essas leituras nas páginas de seu jornal, ela indaga “porém qual será o indivíduo por mais indifferente que seja que não sinta pulsar-lhe o peito a voz do patriotismo? Quem haverá que, longe da pátria, não sinta roer-lhe a alma a nostalgia?” (p. 02). O jornal visa incentivar o nacionalismo das cidadãs brasileiras, tanto nas questões educacionais ao apontar que a educação da mulher seria a solução para o progresso social, como ao dizer que aqueles que não acreditam nas ideias expostas em suas publicações são pessimistas e retrógrados, que não se preocupam com o futuro da nação.

Na edição de número nove, do dia primeiro de novembro de 1873, o semanário reforça seu patriotismo com a afirmação de que as mulheres seguirão na imprensa e que “se nos faltão as armas da intelligencia, sobra-nos o patriotismo, a decidida vontade e proposito de arrancar o nosso sexo das garras do tyramno que tenta te-lo perpetuamente sob sua feudal dominação” (p. 03) Entretanto, a autora busca influenciar as mulheres a seguirem na luta pela instrução, visto que ela mesma afirma que a ignorância é a fonte de todos os males e um indivíduo sem educação e sem leitura jamais beneficiará o seu país.

No começo da edição, Francisca Diniz se mostra bastante entusiasmada com a luta travada em seu jornal, direcionando a palavra de maneira “amigável” a suas leitoras, busca uma relação de intimidade e companheirismo com as “patrícias” para quem escreve. “Avante minhas patrícias no caminho da instrução! Avante na estrada do bem!” Muitos de seus escritos são feitos na primeira pessoa do plural para intensificar essa relação de “via de mão dupla” entre a autora e suas leitoras. Em seguida, Francisca indaga quando chegará o dia em que todas elas alcançarão o triunfo de suas ideias, a felicidade plena trazida por meio da emancipação da mulher à toda a humanidade, a fim de que elas alcancem a posição social que merecem, dada por Deus e pela natureza.

“Quantas lutas terão com effeito nossas filhas que soffrer, e triumphos a alcançar de nossa drandiosa idéa! A emancipação da mulher fundada na virtude, na educação, na instrucção, no amor ao trabalho, trar-lhe-há não só a felicidade própria, como a felicidade de toda a humanidade. Si as mães de família educarem seus filhos como é mister, serão algum dia elevadas a altura que lhes é devida, não só dada pela natureza como pelo Creador. Não serão escravas, nem um móvel de casa, serão anjo da guarda do homem”. (O SEXO FEMININO, 1º de novembro de 1873, ed. 09, p. 01)

Na edição de número 26, do dia 28 de março, Francisca produz um artigo intitulado “Amor da pátria”, afirmando que este sentimento é um dos mais sagrados deveres do cidadão. De acordo com a autora, “não há cousa alguma no cidadão que não se deva pospor ao bem da pátria; e tudo se deve sacrificar a sua conservação e lustre. Talentos, pensamentos, palavras, obras, riquezas, propriedades, honras, lugares: em tudo tem um direito indeclinável a pátria”. (p. ) Além disso, o patriotismo de qualquer cidadão deveria ser sustentado por duas bases indispensáveis – a religião e a moral.

O jornal visa, dessa forma, incentivar o patriotismo das leitoras em um apelo pela instrução das mulheres e, nas edições a partir do ano de 1875, em um pedido de incentivo à imprensa brasileira e reconhecimento do trabalho do jornal O Sexo Feminino em promover a informação e o entretenimento das mulheres oitocentistas.

A edição de número 52, sétima deste ano, publicada no dia 12 de setembro é iniciada com um pronunciamento da redatora produzido no dia sete de setembro em uma comemoração dupla pela independência. Primeiro, aos 53 anos da existência política do Brasil como nação independente e, também, dois anos da racional emancipação, educação e instrução da mulher.

Logo depois, ainda na sessão O Sexo Feminino, a autora inicia uma discussão que é abordada desde as primeiras edições deste novo ano, intitulada “As mulheres da história”, em que ela aborda exemplos de mulheres que, assim como ela, estiveram além de seu tempo, comandaram batalhas, tomaram decisões e usaram sua inteligência para fazer o que muitos homens não teriam capacidade.

A seguir, Francisca Diniz faz um destaque em suas edições sobre a opinião da imprensa a respeito do jornal, com o intuito de que as leitoras se sintam incentivadas a ler, assinar e compartilhar a leitura com outras mulheres. A autora recebe muitos elogios de jornais de todo o Brasil e, ao final de cada edição, na sessão Noticiário, ela comenta todos os periódicos com que foi presenteada e agradece a colaboração, citando cada um desses jornais. Esse fato nos revela que apesar da dificuldade mencionada no capítulo dois deste trabalho em relação à difusão dos veículos de comunicação no país, a autora mantinha uma relação de aproximação com algumas publicações da época.

Ao final da edição 56, Francisca agradece os comentários direcionados ao seu jornal e comenta que o retorno é importante para que o número de assinantes do periódico cresça. Ela reconhece e reforça, ainda, a importância de ver crescer um jornal dedicado exclusivamente aos interesses da mulher.

A terceira edição selecionada, de número 61, foi publicada no dia 21 de novembro de 1875. Francisca aparenta estar bastante decepcionada com a veiculação reduzida do jornal. Apesar de ter começado a produzi-lo na Corte, onde aumentaram significativamente os números de produção e circulação do *Sexo Feminino*, a redatora afirma que o jornal tem vivido até este dia, 17 meses contados, graças à fé que ela mesma alimenta e a constância com que realiza o seu trabalho e a fortalece. Ela demonstra grande tristeza, afirma que “doi o coração” lutar, com tantos sacrifícios, sem auxílio e assinaturas.

A autora comenta da grande quantidade de periódicos que a auxiliam recebendo assinaturas e tantas outras mulheres que recebem os jornais de graça e faz alguns questionamentos sobre o porquê de estar acontecendo isso, visto que o jornal é bem feito, bem escrito e conta com o elogio de diversas redações e, além disso, para muitas mulheres o dinheiro cobrado pela assinatura não significaria nada.

O que notamos não é ignorância das mesmas, para com os grandes commettimentos; é apenas o indferentismo com que olham para a causa que lhes diz respeito. Será que acham que não temos aptidão, nem um nome feito para tomarmos sobre nossos hombros o pesado encargo de pugarmos pelos seus direitos? Ou antes digamos: pelos nossos direitos? Cremos que nem isto podemos admitir, pois temos posto as páginas deste nosso hebdomanario a disposição de quem quiser para a elas enviarem artigos. (O SEXO FEMININO, 21 de novembro de 1875, ed. 61, p. 01)

Francisca Diniz entende a importância de seu trabalho e para nós é possível compreender que essa tristeza era reflexo de uma inquietação a respeito da “indiferença” as mulheres para com o jornal. Francisca, suas filhas e as demais colaboradoras eram mulheres que enxergavam as injustiças que acometiam a vida das mulheres e tiveram a ousadia de publicar suas ideias, de trabalhar em busca da conquista de direitos, da igualdade dos sexos. Sua indignação transparece de fato que ela estava além do que a sociedade reproduzia como a mulher oitocentista.

Paciência! Com paciência e tempo a folha da amoreira se torna em setim. A semente que lançamos está ainda em embryom, longe bem longe de rebentar em flor! E muito menos de dar fructo; mas as cousas caminham de modo a não desanimar-mos-nos. [...] A abnegação da redactora, na defesa de tão santa causa, não a levará ao extremo de privar sua família de pão, para sustentar uma ideia em prol de quem não só não a quer admitir, como muito peor, auxilia-la. A instrucção para a mulher é tão necessária como a luz que nos ilumina nas trevas, porém ainda ellas mesmas não a comprehenderam; salvas raras excepções.



É luz, mas por enquanto apenas se mostra como pálidos reflexos, como uma dessas nebulosas que faísca no azul do céu, até que o momento em que, transformada em formoso astro, possa desprender ardentes scintelas. Enfim, a instrução para a mulher fará o que fazem as scintelas lançadas desses corpos celestes, nas planuras do infinito, quando espancam as trevas. Ela abrirá todos os caminhos que podem conduzir-nos à paz, à felicidade e a Deus.

Não a compreendem elas, ou antes não a apreciam hoje, mas o tempo mostrará que não temo-las enganado. (O SEXO FEMININO, 21 de novembro de 1875, ed. 61, p. 02)

A redatora finaliza pedindo que suas leitoras sejam patriotas e invistam nos jornais brasileiros, visto que, de acordo com ela, o Brasil é o país que menos auxilia a imprensa jornalística. Ela apela para os “verdes corações” das senhoras oitocentistas, num apelo pelo fortalecimento da imprensa.

Por fim, assim como o jornal afirma em sua primeira edição, O Sexo Feminino não foi concluído sem empenhar-se em convencer toda a sociedade brasileira de que a educação da mulher era a necessidade mais urgente para a reestruturação da humanidade. Somente por meio da educação as mulheres se tornariam independentes, teriam conhecimento de seus direitos e poderiam se libertar de suas prisões sociais. Francisca Diniz tinha conhecimento de que essa batalha não aconteceria rapidamente, mas almejava ver suas filhas e netas conquistando tudo aquilo pelo que ela reivindicou em seu jornal.

“A marcha e o movimento do progresso de idéas novas é sempre lenta, porém não está longe o dia em que a obra da perfectibilidade do gênero humano será preenchida pela educação do homem, dada pela mulher. É epocha da luz! Foram-se as trevas... todos os povos se congregam em torno da sacrossanta idéa da igualdade e da fraternidade. Avante, pois, amáveis conterrâneas! (O SEXO FEMININO, 02 de junho de 1889, ed. 68, p. 02 e 03)

Vale salientar que o jornal reforçava a importância da imprensa como meio educador e reivindicava que as leitoras não deixassem de contribuir para o crescimento do periódico a fim de que todas tivessem acesso à instrução e garantissem o conhecimento sobre seus direitos ou, pelo menos, discutissem sobre eles com outras mulheres por meio da mídia. A autora utilizava o veículo para provocar aqueles que ela chamava de “retrogrados” e até mesmo o governo, questionando se eles teriam medo de uma revolução resultante da ciência feminina. E, mais importante, acreditava que o jornal impulsionaria a existência de novas formas de discussão sobre o tema. O que, na verdade, aconteceu, visto que O Sexo Feminino é considerado um marco fundamental na história da imprensa feminina, proporcionando o surgimento de novos veículos comunicacionais progressistas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho se propôs refletir sobre o discurso do jornal *O Sexo Feminino*, buscando entender, principalmente, o que esse jornal nos permite enxergar sobre as mulheres oitocentistas. Neste sentido, entendendo a mídia como um reflexo da sociedade em que ela é construída, *O Sexo Feminino* produz, na verdade, um discurso que pretende transformar a realidade das mulheres. O discurso proposto pela mídia em questão que, de acordo com Francisca Diniz, foi “a primeira no império que teve a ideia de redigir um periódico especial voltado para a emancipação da mulher e regeneração da sociedade, com a educação e instrução dela” é considerado, como já dissemos, o pontapé inicial para o início das discussões feministas no Brasil, abordando todas as questões que envolviam a vida da mulher.

O discurso do jornal se direcionava diretamente às mulheres, mais especificamente às mães de família. Redigido por senhoras, Francisca Diniz e suas colaboradoras, através da proximidade com as leitoras, buscava encorajar suas companheiras a lutarem por direitos e exprimirem as suas indignações na imprensa. Os conteúdos abordados pelo jornal nos permitem enxergar a realidade árdua das pressões que estavam sobre a vida da mulher, estabelecendo uma espécie de confinamento. Desde a infância, ao terem que se portar de maneira dócil e gentil, usar vestidos, cuidar da aparência, até a adolescência e juventude, em que a religião se fazia presente nas tramas pelas quais as meninas passavam, ao terem que manter seu pudor e castidade, e a vida adulta, momento em que elas eram necessárias basicamente para a reprodução e os cuidados com a casa.

A outra discussão proposta pelo trabalho, de investigar quais eram os interditos presentes no discurso do periódico analisado, contribuiu para o entendimento de que, apesar das abordagens progressistas do jornal, Francisca Diniz enfrentava algumas barreiras sociais em seu discurso, principalmente relacionadas à religiosidade fortemente marcada. Por isso, muitas das questões que envolviam a vida da mulher ainda eram deixadas de lado ao falar sobre sexualidade, saúde mental, autonomia e emancipação. Algumas dessas barreiras, no entanto, foram possíveis de ultrapassar e, por isso, atribui-se a ideia de que o jornal foi um veículo revolucionário. A autora discutiu sobre as limitações impostas a mulher, o aprisionamento matrimonial, a falta de acesso à educação e travou uma luta constante por direitos legais – na área da educação, do mercado de trabalho e entre a relação de marido e mulher.

Simone de Beauvoir (1949) discute sobre o quão masculino é o conceito de ação na sociologia. A sociedade não pensa o feminino em ação e, por isso, as mulheres estão sujeitas à passividade. No entanto, o trabalho apresentado nos instiga a pensar o discurso como um

acontecimento, como ação. Francisca Diniz está preocupada com os limites dessa ação feminina: “companheiras, não escravas”. Por isso, a autora escolhe o discurso para agir no mundo, pois ela comunica de maneira clara sobre a capacidade de ação através da imprensa.

O tom agressivo de Francisca marca o desejo latente de emancipação do sexo feminino no século XIX. Apesar de encontrar, nesse discurso, alguns traços de conservadorismo presentes no jornal, entende-se que essas questões contraditórias não minimizam os efeitos e a compreensão de que o discurso produzido pelo *Sexo Feminino* é inovador comparado ao entendimento social sobre as mulheres oitocentistas.

Estudar um veículo midiático produzido em um contexto histórico distinto é essencial para entendermos a realidade da sociedade brasileira no período escolhido e as mudanças pelas quais ela passou. Além disso, para que se tenha o conhecimento sobre a evolução da imprensa no Brasil. Os jornais e revistas não possuem mais o formato que é observado no *Sexo Feminino*, no entanto, olhar para este periódico é essencial para entender como a mídia se transformou ao longo do século XX, XXI e tem se transformado até hoje.

Para além dessas questões, estudar a mídia e as diversas formas de representação da mulher ao longo dos processos jornalísticos na história brasileira nos leva a refletir, também, sobre a atualidade. O que é ser mulher no Brasil ao longo de todos esses anos? Estudar o papel da mulher oitocentista e analisar o discurso de Francisca Diniz é também refletir sobre o papel social da mulher do século XXI e os retrocessos na pauta de igualdade de gênero que se estendem até hoje.

O processo de escolha da abordagem se constituiu dessa necessidade de encaminhar o olhar sobre a representação da mulher na mídia. A escolha do jornal *O Sexo Feminino* parte de uma inquietação em relação à escassez de pesquisas e materiais que narrem a vida e a produção de mulheres e do entendimento da necessidade de se estudar o protagonismo feminino na escrita, no jornalismo e nos processos históricos do país.

A informação de que o periódico analisado representa, para muitos pesquisadores da imprensa, um marco na imprensa feminina do século XIX, por meio de sua abordagem progressista foi primordial para a pesquisa. Despertando o interesse não apenas por debruçar o olhar nos escritos do jornal, mas também no contexto histórico, econômico, social e político em que as mulheres oitocentistas estavam inseridas. Em conhecer como se dava esse discurso feminista, num momento em que ainda não existia o movimento no Brasil e, ainda, a percepção de como as reivindicações postas estão diretamente atreladas à vida e a luta das mulheres do século XXI, visto que o jornal também aborda temáticas que envolvem as principais questões da mulher atual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Vol 1: fatos e mitos. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BUITONI, Dulcília. **Imprensa feminina**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

DA MATTA, Roberto. **A Família como Valor: Considerações não Familiares sobre a Família Brasileira**. Pensando a Família no Brasil. Da Colônia à Modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX: dicionário ilustrado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudanças Social**. Brasília: Editora da UNB, 2001b.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HALL, Catherine. **Sweet home**. In **história da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. PERROT, Michelle (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JODELET, Denise. **O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais**. *Connexions*, n 89. p. 25-46, 2008.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOLINA, M. Matias. **História dos Jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)**. Companhia das Letras, 2015.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do. **O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher (1873/1874)**. Belo Horizonte, 2004.

**O Sexo Feminino**. Campanha de Princeza, 1873/1874. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Obras Raras. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sexo-feminino/706868>

PERROT, M. **Dramas e conflitos familiares**. In: PERROT, M. (Ed.) **História da Vida Privada IV: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. *Estudo Históricas*, Rio de Janeiro, vol 5, n. 10. 1992, p. 200-212.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

TADDEI, Angela M. S. M.; TURACK, Cynthia; FERREIRA, Lucia M. A. **Imagens da mulher na literatura e na Imagens da mulher na literatura e na imprensa no Brasil oitocentista**. Caderno Espaço Feminino. Rio de Janeiro, ago. 2007. p. 311-325. Disponível em: <file:///C:/Users/julia/Downloads/832-2989-1-PB.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2018.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VERONA, Maria Elisa. **Da feminilidade oitocentista**. Editora Unesp, 2013.